

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS – IMESC



BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA MARANHENSE

V. 2, N. 2, abr./jul. 2014

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS E CARTOGRÁFICOS

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense

GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

Roseana Sarney

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

João Bernardo Bringel

PRESIDENTE

Fernando José Pinto Barreto

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Sadick Nahuz Neto

COORDENAÇÃO

Felipe de Holanda

ELABORAÇÃO

Felipe de Holanda

Talita de Sousa Nascimento

Daniele Amorim

Vicente Anchieta

NORMALIZAÇÃO

Virgínia Bittencourt Tavares da Costa Neves

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto
Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos.
V. 2, n. 2 (Abr/jul. 2014). – São Luís: IMESC, 2014 –

Trimestral

1. Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de
Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	CENÁRIO INTERNACIONAL.....	7
3	CENÁRIO NACIONAL	8
3.1	Produto Interno Bruto.....	8
3.2	Produção Física Industrial	9
3.3	Comércio	11
3.4	Inadimplência	12
3.5	Inflação	12
3.6	Setor Externo e Comércio Exterior	13
3.7	Mercado de Trabalho.....	16
3.8	Finanças Públicas	17
4	CENÁRIO ESTADUAL	19
3.9	Produção Agrícola	19
3.10	Sondagem Industrial	21
3.11	Índice de Confiança do Empresário	22
3.12	Comércio	22
3.13	Endividamento.....	23
3.14	Cesta Básica	24
3.15	Cheques sem Fundo.....	25
3.16	Comércio Exterior	26
3.17	Mercado de Trabalho.....	28
3.18	Finanças Públicas	31

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense

Julho de 2014

1 Introdução

O cenário externo continua condicionando negativamente a economia brasileira e maranhense. A acomodação do crescimento da China é o principal fator para o recuo das cotações das *commodities* minerais, enquanto que a conjunção de supersafras de soja nos EUA e no Brasil e Argentina produzem queda nas cotações do grão. A deterioração das contas externas brasileiras, cujo déficit em transações correntes deverá se aproximar de 4,0% do PIB (US\$ 85 bilhões) em 2014, embora preocupante, vem encontrando até o momento boas condições de financiamento, em um cenário de baixas taxas de juros nas economias centrais. Mas os sinais cada vez mais consistentes de retomada da economia norte-americana, na medida em que imponham a desmontagem da política de suprimento de liquidez naquele país (*tapering*), deverão dar lugar a uma reversão dos fluxos de capitais, que afetará, sobretudo, os países emergentes com necessidades de financiamento externo elevado e com fragilidades internas. O Brasil está nesse grupo, não obstante a sólida posição em reservas, dado o elevado déficit externo e os resultados fiscais cada vez mais dependentes de medidas extraordinárias e de “contabilidade criativa”.

No plano nacional, os indicadores de atividade registraram expressiva deterioração nos últimos meses. Os dados do PIB do primeiro trimestre apontaram, pela primeira vez desde a crise de 2008/09, contração do consumo privado e recuo ainda maior nas exportações e no investimento agregado. Pela ótica da oferta, destaca-se o recuo da produção física industrial (-1,3% em janeiro a maio deste ano, contra o mesmo período de 2013). Os dados do mercado de trabalho apontam queda na geração de empregos formais líquidos, com demissões abertas no Comércio, refletindo a virtual estagnação da massa salarial e o elevado endividamento das famílias, em um contexto de aceleração da inflação (para além do teto da meta no 3º trimestre) e elevação dos juros nas diversas modalidades de crédito. Atento aos sinais de desaceleração da economia, que deverão se intensificar após o encerramento da Copa do Mundo, o governo anunciou a prorrogação de várias medidas de estímulo à indústria que, entretanto, deverão ter impactos reduzidos no atual cenário de desaceleração das atividades. Mantemos a percepção de que findas as eleições, seja qual for a coalizão vencedora, será inevitável uma combinação de ajuste fiscal, elevação adicional da taxa de juros (para conter a inflação) e provável realinhamento da taxa de câmbio.

No *front* estadual, a desaceleração da atividade econômica é consequência da deterioração do mercado internacional de *commodities* minerais, que impôs uma contração de 11,7% no valor das exportações maranhenses no período janeiro a maio deste ano, sobre uma contração de 22,7% em 2013. Tais efeitos já se fizeram sentir, por exemplo, na desativação de parcela majoritária da produção de alumínio (Alumar) e no fechamento da Usina de Pelotização da Vale. Em uma conjuntura internacional e nacional menos favorável, desacelera-se a implantação de grandes investimentos (a inauguração da 1ª fase da Refinaria Premium foi adiada para 2029, segundo o último plano de negócios das Petrobrás), tendo como compensação parcial o conjunto de investimentos do Programa Viva Maranhão em infraestrutura, saúde, educação e inclusão produtiva, viabilizados por empréstimos do BNDES e por desembolsos do Governo do Estado.

Os dados do mercado de trabalho maranhense, por sua vez, apontaram para 5,7 mil demissões líquidas, concentradas na construção civil (4,3 mil) e no Comércio (1,8 mil), parcialmente compensadas pela geração de empregos no setor serviços (1,7 mil). No campo das finanças públicas, os destaques estão na elevação das receitas, a partir da combinação de eficiência na arrecadação do ICMS e melhor desempenho dos fundos constitucionais, que abriram espaço para a elevação dos investimentos públicos, os quais compensam apenas parcialmente a desaceleração provocada pela contração do drive exportador e menor dinamismo dos investimentos privados.

2 CENÁRIO INTERNACIONAL

A retomada da atividade econômica mundial segue, mas com rebalanceamento das fontes de crescimento: maior dinamismo da economia norte-americana e acomodação do crescimento chinês.

O mais recente Panorama Econômico Mundial do FMI, divulgado em abril de 2014, aponta para a continuidade do processo de recuperação do nível de atividades global, mas caracterizado por um rebalanceamento na composição dos polos de crescimento. Os países centrais deverão registrar em 2014 e 2015 taxas de crescimento mais robustas, como resultado de uma expressiva retomada da economia norte-americana e melhores perspectivas para a zona do EURO (Alemanha e França) e da Inglaterra. No caso da economia norte-americana, embora os índices de inflação permaneçam abaixo da meta perseguida pela política monetária, há sinais cada vez mais inequívocos de retomada do mercado de trabalho e inicia-se a retirada gradual das injeções mensais de liquidez no mercado monetário (*tapering*). Já no caso do Japão, a breve retomada das atividades ensejada pela combinação de políticas monetária e fiscal expansionistas sob o comando do primeiro Ministro Abe, deverá ceder lugar a um novo ciclo de desaceleração, ainda sob o constrangimento do elevado endividamento público e privado.

No caso dos países emergentes, a desaceleração da economia chinesa vem contribuindo direta e indiretamente (principalmente pelo impacto nos mercados de *commodities*) para a redução do dinamismo do grupo. Entre os países mais afetados encontram-se o Brasil e a Rússia. Os maiores riscos para os emergentes estão associados aos impactos da reversão de fluxos financeiros, especialmente naqueles países com fragilidades internas.

Tabela 1 - Previsões para a taxa de crescimento anual do PIB das principais economias – Abril/2014

Países e Regiões Selecionados	ano a ano (%)			
	Observado		Projeções	
	2012	2013	2014	2015
PIB Mundial	3,1	3,0	3,6	3,9
Economias avançadas	1,4	1,3	2,2	2,3
EUA	2,8	1,9	2,8	3,0
Zona do Euro	-0,7	-0,4	1,2	1,5
Alemanha	0,9	0,5	1,7	1,6
França	0,0	0,2	1,0	1,5
Itália	-2,5	-1,8	0,6	1,1
Espanha	-1,6	-1,2	0,9	1,0
Japão	1,4	1,7	1,4	1,0
Inglaterra	0,3	1,7	2,9	2,5
Economias emergentes	4,9	4,7	4,9	4,5
Rússia	3,4	1,5	1,3	1,0
China	7,7	7,7	7,5	7,2
Índia	3,2	4,4	5,4	5,9
Brasil	0,9	2,3	1,0	0,9
México	3,7	1,2	3,0	2,2
África do Sul	2,5	1,8	2,3	2,7

Fonte: World Economic Outlook, FMI, Abr/2014

Segundo o Panorama Econômico Mundial, do FMI, o PIB mundial deverá se expandir 3,6% em 2014 e 3,9% em 2015. A perspectiva de aceleração em relação ao biênio anterior deve-se à uma expressiva retomada da economia norte-americana (+2,8% em 2014 e +3,0% em 2015), melhores perspectivas para a zona do EURO (+1,2% e +1,5%). Já o cenário para os países emergentes, inclui desaceleração na China (+7,5% e 7,2%), Brasil (+1,0% e +0,9%) e revisões baixistas na Rússia (+1,3% e +2,3%) e na África do Sul (+2,8% e 2,7%), entre outros emergentes, com os maiores riscos para estes últimos advindo dos prováveis impactos da reversão de fluxos financeiros em direção às economias centrais.

3 CENÁRIO NACIONAL

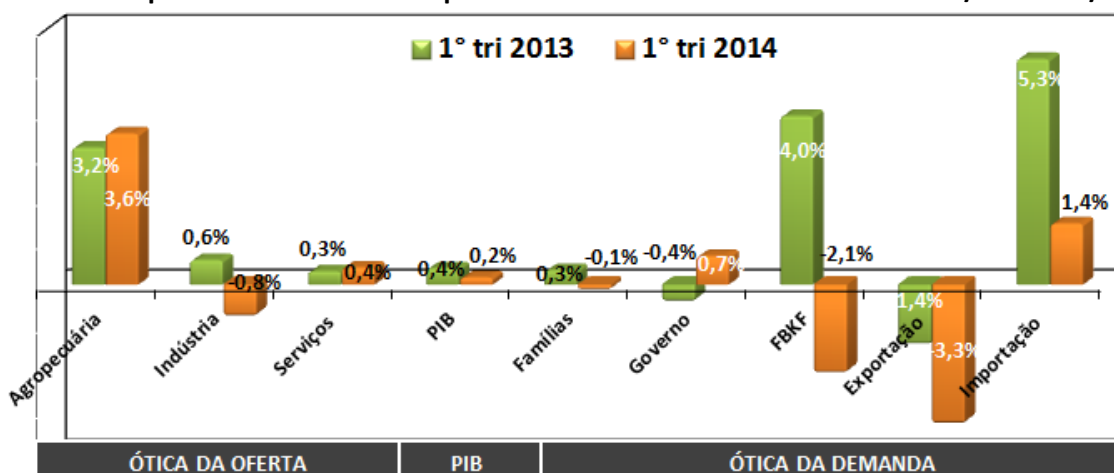
Produto Interno Bruto

PIB cresceu 0,2% no primeiro trimestre de 2014.

Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 0,2% no 1º tri/14 na comparação com o trimestre imediatamente anterior (ajustado sazonalmente), quando houve expansão de 0,7%. No acumulado dos últimos quatro trimestres contra os quatro trimestres anteriores, o indicador ficou estável em 2,5%, mesmo percentual de crescimento registrado em 2013. A comparação com o trimestre anterior mostra uma expressiva desaceleração na maior parte dos grupamentos de atividades do setor industrial, com recuo de 0,8% em relação ao trimestre anterior e queda pelo 3º trimestre consecutivo, tendo na indústria de transformação a maior carga negativa. No polo oposto, o destaque coube à agropecuária, que apresentou taxa de expansão de 3,6%, carregando os reflexos positivos do incremento de produtividade na safra 2013/14 e registrando influência do patamar elevado (embora em lenta redução) das cotações das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Já o setor de Serviços registrou expansão de 0,4%, com destaque no polo positivo para as atividades de Intermediação Financeira (+1,2%) e as atividades imobiliárias e de aluguéis (+0,9%), enquanto que, no polo negativo, os Serviços de Informação registraram recuo de 5,3%, eliminando somente no primeiro trimestre a quase totalidade dos ganhos de 2013.

Pela ótica da demanda, a sustentação da atividade foi capitaneada pelo consumo do governo, que registrou expansão de 0,7% em relação ao trimestre anterior, resultado explicado em sua totalidade pela expansão do consumo corrente, em detrimento do investimento público, que recuou no período.

Gráfico 1—Desempenho do PIB trimestral pela Ótica da oferta e da demanda no 1º tri/13 e 1º tri/14.



Fonte: IBGE

Na outra ponta, enquanto o consumo das famílias registrou queda de 0,1%, o primeiro resultado negativo da série desde o 3º trimestre de 2011, as exportações registraram queda em relação ao trimestre anterior de 3,3%, já livres do efeito sazonal, sendo afetadas pela queda de preços das *commodities* minerais e pela contração da demanda por bens manufaturados, principalmente na Argentina, ao mesmo tempo em que as importações se elevaram em 1,4%. Já a formação bruta de capital fixo - FBKF, rubrica que consolida os investimentos encolheu 2,1%, levando a taxa de investimento agregado para o patamar de 17,7% do PIB, abaixo do patamar de 18,2%, registrado no mesmo período de 2013. Tal desempenho foi fortemente influenciado pela queda na produção de caminhões e ônibus e equipamentos agrícolas. As previsões médias para o desempenho do PIB brasileiro econômico em 2014 e 2015, oriundas de cerca de uma centena de consultorias econômicas e departamentos de pesquisa macroeconômica de instituições

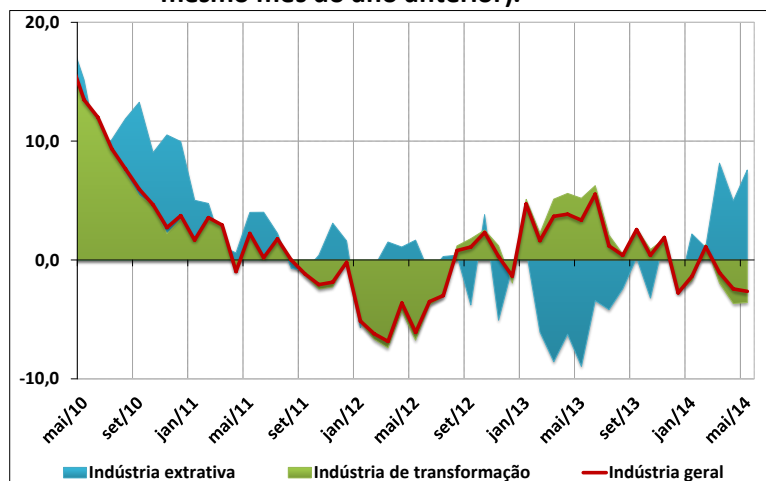
financeiras e grandes empresas e divulgadas pelo Boletim Focus do Banco Central, convergiram de cerca de 2,0% a.a. para cerca de 1,0% nas últimas edições.

Produção Física Industrial

Indústria inicia segundo trimestre com resultado negativo.

O Índice de produção física industrial com ajuste sazonal, medido pelo IBGE, registrou queda de 0,6%, em maio de 2014, na comparação com o mês anterior, levando o indicador a um recuo de 1,3% no acumulado nos cinco primeiros meses do ano. O resultado não foi pior devido ao bom desempenho da indústria extrativa, que registrou expansão de 0,4% no acumulado de janeiro a maio de 2014 frente ao mesmo período do ano anterior. Já a indústria de transformação apresentou em maio queda de 3,6% na comparação com o mesmo mês do ano anterior e recuo de 2,0% na comparação com os cinco primeiros meses de 2013. O desempenho negativo reflete a deterioração em 14 dos 23 ramos de atividades acompanhados pela pesquisa industrial, com destaque para a *Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias* (-19,9%) e para a *Metalurgia* (-10,9%).

Gráfico 2 - Evolução da produção física industrial (% contra o mesmo mês do ano anterior).



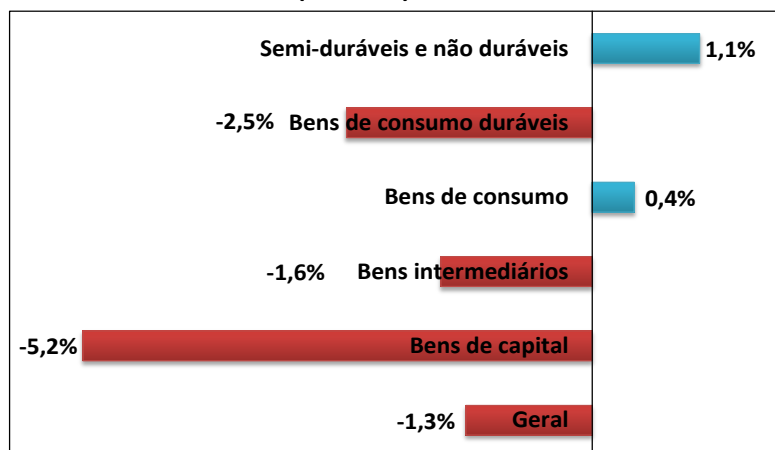
Fonte: IBGE

Não obstante os bons resultados da indústria extrativa nos primeiros cinco meses de 2014, o setor industrial registrou trajetória recessiva, influenciado pelo desempenho negativo de 14 dos 23 ramos da indústria de transformação.

Na abertura do desempenho da indústria por categorias de uso, registrou-se nos primeiros cinco meses do ano frente ao mesmo período de 2013 uma retração generalizada no segmento de bens intermediários (-1,6%) e ainda mais expressiva no segmento de bens de capital (-5,2%). No caso dos bens de consumo, enquanto os segmentos de bens não duráveis e semiduráveis, de menor ticket médio e mais dependentes da massa salarial, registraram expansão de 1,1% no período janeiro maio, o segmento de bens duráveis de consumo, de maior valor unitário e mais dependente das condições de crédito registrou recuo de 2,5%, na mesma base de comparação. No caso dos bens de consumo duráveis, a maior queda (-13,0%) foi registrada na produção de *automóveis para passageiros*, influenciados pela redução das exportações para Argentina, mas também com encolhimento das vendas internas. Já dentre os bens intermediários os destaques negativos foram os segmentos *Peças e acessórios para bens de capital e para equipamentos de transporte* (quedas de 6,6% e 7,9%, respectivamente). Por último, no caso dos bens de capital, o segmento de equipamentos de transporte industrial (máquinas agrícolas, caminhões e ônibus), registrou queda de 12,7%.

Gráfico 3—Produção Física Industrial por Categoria de Uso no acumulado (Jan-Mai) de 2014.

Nos primeiros cinco meses de 2014, a indústria geral registou queda de 1,3%, resultado que poderá piorar à medida em que avança o ano. A categoria de bens de capital foi a que mais influenciou na queda do indicador, acompanhada pelos bens de consumo duráveis e bens intermediários.

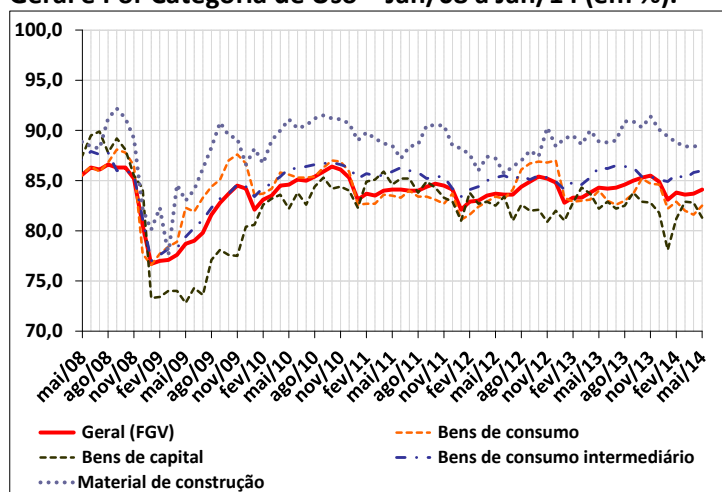


Fonte: IBGE

Utilização da capacidade instalada recua 2% entre janeiro e maio.

A Utilização Média da Capacidade Instalada Industrial (UCI) alcançou 84,1% em maio de 2014 (Gráfico 4), incremento de 0,5% em relação ao mês anterior. Já na comparação contra o mesmo mês de 2013 houve recuo de 0,2%.

Gráfico 4 - Utilização da Capacidade Instalada Industrial – Geral e Por Categoria de Uso – Jan/08 a Jan/14 (em %).



Fonte: FGV

Todos os setores registraram recuo no uso da capacidade instalada. As maiores quedas na comparação interanual advieram do setor produtor de *Bens de Consumo* (-1,8%) e *Bens de Capital* (-1,1%). Dentre os gêneros industriais, *Material de Transporte* (-4,9%), *Material elétrico e de comunicações* (-3,6%) e *Vestuário, calçados e artigos de tecidos* (-1,9%). Por outro lado, os maiores incrementos de UCI foram registrados nos segmentos *Mecânica, Produtos farmacêuticos e veterinários* e *Minerais não metálicos*.

Comércio

Volume de vendas do Comércio Varejista registra queda pelo segundo mês consecutivo.

O volume de vendas do comércio varejista brasileiro registrou queda de 0,3% em abril contra o mês imediatamente anterior. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o incremento foi de 3,6%, mantendo a taxa de crescimento em 12 meses estável em 4,9% pelo segundo mês consecutivo, após relativa melhora contra fev/14. Por outro lado, o comércio varejista ampliado apresentou expansão de 0,6% contra março, primeiro resultado positivo do ano, já que o segmento vinha apresentando queda desde dezembro de 2013. O crescimento de 5,4% nas vendas de *Veículos, motos, partes e peças* teve influência significativa nessa taxa de expansão. Ainda assim, os ganhos relativos não foram suficientes para recuperar a trajetória

de crescimento da atividade, pois houve queda de 9,8% contra abril de 2013 e o indicador nos 12 meses encerrados em abril de 2014 registrou recuo de 2,7%.

Tabela 2 – Taxas de Crescimento Mensal e Anual do Volume de Vendas do Comércio Varejista do Brasil (em %) – 2014

Atividades	Variação Mensal % (*)			Contra mesmo mês %			12 meses em %		
	fev/14	mar/14	abr/14	fev/14	mar/14	abr/14	fev/14	mar/14	abr/14
COMÉRCIO VAREJISTA (*)	0,0	-0,5	-0,3	5,8	4,9	3,6	4,7	4,9	4,9
Combustíveis e lubrificantes	1,3	-1,5	-0,8	14,0	4,0	1,5	7,3	7,3	6,8
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	-0,2	-1,1	-1,4	5,5	-2,8	10,1	2,7	2,1	3,3
Hipermercados e supermercados	-0,1	-1,0	-1,5	5,3	-3,1	10,4	2,7	2,0	3,3
Tecidos, vestuário e calçados	-0,6	-1,6	-1,0	7,2	-7,2	-5,5	3,7	2,7	1,6
Móveis e eletrodomésticos	0,2	1,5	-0,1	10,4	3,8	2,3	5,8	6,1	5,6
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	-0,3	0,3	0,0	15,0	9,6	5,4	11,0	11,4	10,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,8	-0,4	-2,7	-4,8	-8,3	-10,6	0,7	-0,2	-1,8
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	7,2	-3,8	-2,6	7,2	-4,9	-3,9	6,1	5,8	5,1
Outros art. uso pessoal e doméstico	0,2	-0,2	0,3	16,9	-3,8	15,9	10,8	9,2	9,9
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO (*)	-2,2	-1,0	0,6	2,5	0,7	-0,1	3,4	3,1	2,6
Veículos, motocicletas, partes e peças	-8,3	0,3	5,4	4,8	-16,0	-9,8	1,1	-0,3	-2,7
Material de construção	3,9	-4,1	-0,5	16,7	1,4	-5,8	7,3	7,4	5,6

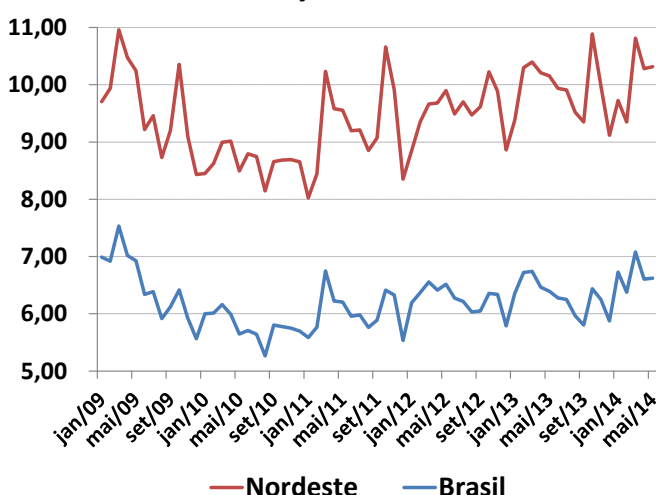
Fonte: IBGE (*) Com Ajuste Sazonal

Ainda no referido mês (**Tabela 2**), a quase totalidade das atividades registraram recuo em relação ao mês anterior, com destaque para as vendas de: *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-2,7%), queda pelo terceiro mês consecutivo e taxa anualizada de crescimento negativa; *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-2,6%); *Hipermercados e supermercados* (-1,5%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-1,0%), recuo também pelo terceiro mês; *Combustíveis e lubrificantes* (-0,8%) e *Móveis e Eletrodomésticos* (-0,1) que registraram o primeiro recuo desde que se iniciou o Programa Minha Casa Melhor, voltado para aquisição desses bens pelas famílias de baixa renda e participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Inadimplência

Novos Registros recuam 10,2% em maio.

Gráfico 5 – Brasil e Nordeste Percentual de cheques sem fundo-jan09 a Mai14.



Fonte: BACEN

Os dados do SERASA relativos à emissão de cheques sem fundos no plano nacional e no Nordeste registraram expressiva elevação ao longo dos primeiros cinco meses do ano. No plano nacional a inadimplência nesta modalidade de pagamentos elevou-se em 2,5% no período considerado, enquanto que no Nordeste o avanço foi menor (0,1%) na mesma base de comparação, embora apresente uma elevação de 13,1% em comparação ao registro observado em dezembro de 2013.

Observa-se, tanto no plano nacional como no plano regional, uma expressiva elevação da inadimplência na emissão de cheques nos primeiros meses de 2014. Em um contexto de inflação no teto da meta, elevação da taxa de juros nas várias modalidades de crédito e virtual estagnação da massa salarial, as expectativas apontam para expressiva elevação da inadimplência nos próximos meses, o que deverá levar a maior conservadorismo na oferta de crédito às pessoas físicas e jurídicas.

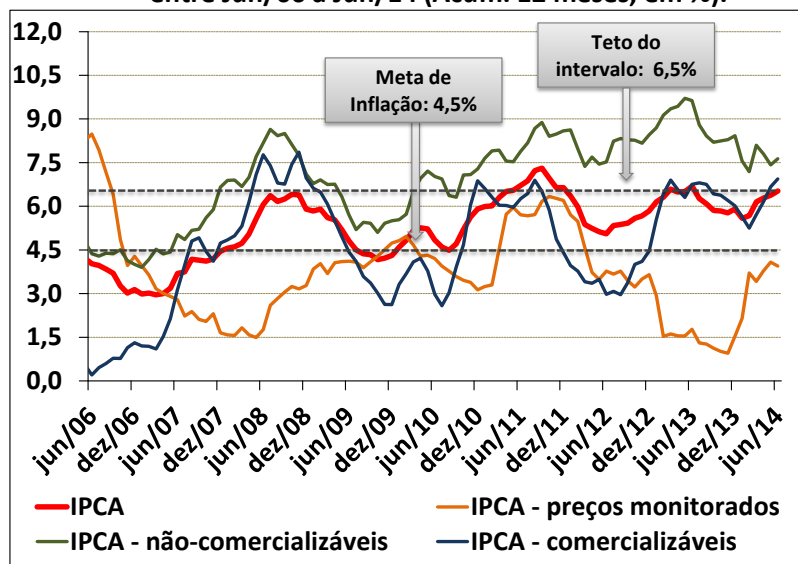
Inflação

A inflação de junho levou ao rompimento do teto da meta, e segundo analistas a previsão é que ao longo dos próximos meses a inflação continue no acima dessa banda.

A inflação oficial variou 0,40% em junho de 2014 e ficou 0,06 p.p abaixo da registrada no mês anterior (0,46%), num movimento de desaceleração pelo terceiro mês consecutivo. Esse elevado índice teve ligação direta com o efeito-copa do mundo, aliado às férias escolares. O índice do mesmo mês do ano anterior foi 0,26%, levando os analistas de mercado a apostarem em uma variação semelhante. No entanto, as *despesas pessoais, saúde e cuidados especiais*, assim como *habitação* desempenharam um papel determinante nessa alta. Nas cidades de Recife e Salvador, por exemplo, ambas as sedes da copa do mundo, os preços de junho variaram, aproximadamente 0,70%.

Por outro lado, no acumulado ano, o índice está avançando mais rapidamente do que no mesmo período do ano anterior, o diferencial é de 0,59 p.p, vindo dos *preços Monitorados* e dos *preços Comercializáveis* as maiores pressões. No mesmo sentido, o índice acumulado de 12 meses saiu de 6,38% em mai/14 para 6,52% em jun/14, rompendo o teto superior da meta (**Gráfico 6**). Nesta última análise, a metade das dez cidades onde a pesquisa é feita registraram o rompimento da banda superior da meta, com o índice próximo de 7%.

Gráfico 6 - Evolução do IPCA, Preços Monitorados e Preços Livres entre Jun/06 a Jun/14 (Acum. 12 meses, em %).



Nos últimos 12 meses, os *Preços Monitorados* registraram variação de 3,94%, um diferencial de 2,17 p.p para o mesmo período de 2013. Por um lado, observa-se o início de um processo de convergência dos preços monitorados rumo à inflação média. Por outro lado, percebem-se esforços de contenção de preços nas tarifas de *Telefone fixo* (-3,8%), *Metrô* (-2,7,5%) e *Taxa de água e Esgoto* (-0,76%) no sentido de impedir o acompanhamento da flutuação dos preços agregados.

Fonte: IBGE.

Os *Preços Comercializáveis*, por sua vez, apresentaram variação de 0,36% em jun/14, contra 0,11% registrada em jun/13. Nos 12 meses encerrados em junho de 2014, esses preços excederam o teto da meta de inflação, crescendo a uma taxa de 6,94%, diferencial de 0,18 p.p contra os 12 meses encerrados em junho de 2013. Na outra ponta, os *Preços Não Comercializáveis* registraram variação de 0,52%, acelerando em relação ao mês anterior e acumulam expansão de 7,63% em 12 meses, com recuo de 2 p.p na comparação com ano anterior. Os grupos que exerceram as maiores pressões nesse recuo foram:

Alimentação e bebidas (-5,2 p.p.), *Vestuário* (-1,76 p.p.), *Saúde e Cuidados Pessoais* (-0,26 p.p.), em contrapartida, os grupo de *Habituação* (+4,4 p.p.), *Artigos de Residência* (+2,9%) apresentaram as maiores variações.

A despeito da previsão dentro do teto superior da meta de inflação, os analistas de mercado consultados pelo Boletim Focus do Banco Central apostam na manutenção da inflação acima da banda superior em cinco meses do segundo semestre. Se tais expectativas se concretizarem teremos um cenário de inflação parecido com o segundo semestre de 2011 e a probabilidade de mais uma vez o presidente do Banco Central ser chamado ao senado para esclarecer os reais motivos do não cumprimento da meta será extremamente elevada. Em função de tal cenário, construiu-se um consenso entre os analistas de que, seja qual for o governo vencedor do pleito presidencial deste ano, haverá a necessidade de um ciclo adicional de elevação da taxa Over-Selic em 2015, o qual poderá atingir, em meados do ano, o patamar de 12,0 a 12,5%, dependendo da intensidade dos ajustes fiscal (deflacionário) e cambial (inflacionário).

Setor externo e Comércio Exterior

O balanço de pagamentos brasileiro registrou déficit em transações correntes de US\$ 6,6 bilhões em maio, o maior para o mês desde o início da série histórica (**Tabela 3**). No acumulado de janeiro a maio deste ano, as transações correntes acumulam déficit de US\$ 40,2 bilhões, também recorde histórico para o período. O déficit de transações correntes brasileiro, que fechou 2013 no patamar de US\$ 81,6 bilhões (3,61% do PIB), poderá se expandir para próximo do patamar de 4,0% do PIB este ano. O alargamento do déficit externo mesmo um cenário de baixo crescimento do PIB, deverá trazer pressões para um ajuste adicional da taxa de câmbio. O diferencial de juros existente entre o Brasil e os países centrais e as operações de vendas de swaps cambiais por parte do Banco Central brasileiro vem mantendo a taxa de câmbio contra a moeda norte americana próxima ao patamar de R\$ 2,20. Mas tanto a recuperação da economia norte-americana (e a consequente desmontagem das políticas de expansão da liquidez naquele país), quanto o elevado custo fiscal das intervenções no mercado de câmbio deverão sancionar o ajuste da taxa de câmbio, provavelmente no primeiro semestre de 2015.

Tabela 3 – Balanço de Pagamentos Brasileiro (US\$ milhões): 2010 a 2014

Discriminação	2011	2012	2013	2013*	2014*	Var. 14/13 (em %)
TRANSAÇÕES CORRENTES	-52.480	-54.232	-81.652	-39.592	-40.210	-1,6
Balança comercial (FOB)	29.807	19.446	2.552	-5.392	-4.853	10,0
Serviços e Rendas	-85.271	-76.524	-87.570	-35.472	-35.901	-1,2
Serviços	-37.952	-41.076	-47.795	-18.944	-19.368	-2,2
Rendas	-47.319	-35.448	-39.774	-16.528	-16.533	0,0
Transf. Unilaterais Correntes	2.984	2.846	3.366	1.273	544	-57,2
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA	112.389	72.887	74.537	46.262	46.709	1,0
Conta Capital	1.573	-1.877	1.194	509	285	-44,1
Conta Financeira	110.816	74.764	73.342	45.752	46.424	1,5
Investimento Direto	67.689	68.089	66.380	27.139	22.081	-18,6
Investimento estrangeiro direto	66.660	65.251	63.969	22.856	25.420	11,2
Investimento em Carteira	35.311	8.794	29.269	12.055	22.090	83,2
Outros Investimentos	7.813	-2.144	-22.433	6.463	2.068	-68,0
ERROS E OMISSÕES	-1.272	244	1.189	929	1.776	91,0
RESULTADO DO BALANÇO	58.637	18.900	-5.926	7.599	8.274	8,9
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-2,12	-2,40	-3,67	-3,23	-3,61	-11,8
RESERVAS INTERNACIONAIS	352.012	378.613	358.808	374.417	368.752	-1,5

Fonte: BACEN *Janeiro a Maio

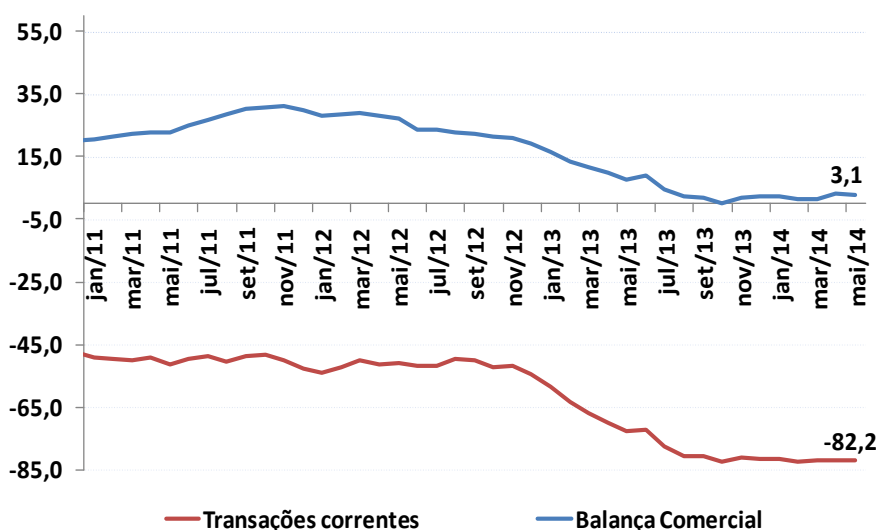
A Balança Comercial registra déficit acumulado de US\$ 4,8 bilhões entre janeiro e maio, resultado de US\$ 90,1 bilhões em exportações e US\$ 94,9 bilhões em importações. O saldo comercial deficitário, a princípio ruim, é menor do que o registrado nos primeiros cinco meses de 2013. Isto porque neste ano as importações registraram queda de 3,8% enquanto as exportações tiveram queda de 3,5%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Se por um lado, as importações de combustíveis e lubrificantes estão menores, aliviando o déficit da chamada “conta petróleo”, o que por sua vez alivia o déficit comercial, por outro lado, as exportações também estão caindo, reflexo das dificuldades do mercado argentino (que é comprador de produtos industrializados brasileiros) e da menor demanda chinesa pelas *commodities* minerais brasileiras.

Já o déficit na conta de Serviços e Rendas se ampliou, principalmente pelo aumento do déficit na conta de viagens internacionais, que passou de US\$ 7,3 bilhões entre janeiro e maio de 2013 para US\$ 7,6 bilhões no mesmo período deste ano. O gasto de brasileiros com turismo no exterior cresceu 5,2%, não obstante a desvalorização do real, cujo pico se deu no fim de janeiro. As despesas de residentes com aluguel de equipamentos no exterior alcançaram US\$ 8,4 bilhões de janeiro a maio deste ano, ante US\$ 7,5 bilhões gastos em igual período de 2013, para a qual contribuiu a exportação de plataformas de petróleo da Petrobras para suas subsidiárias no exterior (transações no mínimo heterodoxas, já que não envolveram a movimentação física das referidas plataformas).

O resultado geral do balanço de pagamentos, de janeiro a maio, é superavitário em US\$ 8,2 bilhões, 8,9% maior que no mesmo período de 2013, refletindo a maior entrada de recursos pela conta Financeira. O investimento estrangeiro direto no país atingiu, nos cinco primeiros meses do ano, a marca de US\$ 25,4 bilhões, avanço de 11,2% contra o mesmo período do ano passado, indicando que o cenário de baixo crescimento econômico recente e a deterioração das expectativas quanto ao crescimento em 2014 não tem afetado o ânimo dos investidores estrangeiros.

O Investimento em Carteira cresceu 83,2% neste ano. Dentro dessa conta, a aquisição de ações de companhias brasileiras por residentes no exterior recuou 26,6% (de US\$ 10,1 bilhões em 2013 para US\$ 7,4 bilhões em 2014), enquanto a aquisição de títulos de renda fixa de longo e curto prazo avançou 201,6% (US\$ 3,8 bilhões em 2013 para US\$ 11,7 bilhões em 2014), muito em função da maior atratividade da taxa de juros brasileira *vis a vis* as taxas de juros vigentes nas economias centrais.

**Gráfico 7 – Saldo comercial e em transações correntes (US\$ bilhões):
acumulado em 12 meses.**



Como é possível observar no **Gráfico 7**, a trajetória declinante do saldo comercial explicou a deterioração do saldo em transações correntes no ano passado. O déficit nessa conta se estabilizou em torno de US\$ 82 bilhões (3,61% do PIB no acumulado de 12 meses) com a recuperação, na margem, da balança comercial.

Fonte: BACEN

Se a desvalorização do real frente ao dólar não foi suficiente para frear os gastos de brasileiros com viagens internacionais, parece ter tido força para reduzir as importações de *Bens de Consumo*, que

registrou recuo de 3,6% entre janeiro e maio deste ano, frente ao mesmo período do ano passado. A queda foi um pouco maior em relação aos bens de consumo duráveis (-5,3%), que inclui automóveis.

Na **Tabela 4**, é possível observar as importações brasileiras por categoria de uso. O item Combustíveis e Lubrificantes foi o que registrou maior recuo (-13,2%), diante da recuperação da produção de petróleo em 2014. As importações de Bens de Capital e de Bens Intermediários registraram pequenos recuos (-0,7% e -1,1%, respectivamente), resultado da debilidade da indústria nacional, cuja produção patinou no primeiro semestre de 2014.

Tabela 4 – Importações brasileiras por categoria de uso (US\$ milhões) – 2012 a 2014

CATEGORIA	2012		2013		2013*		2014*		Var. % 14/13
	US\$	%	UU\$	%	US\$	%	UU\$	%	
Total	223.149,1	100,0	239.620,9	100,0	98.671,7	100,0	94.919,1	100,0	-3,8
Bens de Capital	62.126,4	27,8	66.106,5	27,6	26.859,1	27,2	26.681,6	28,1	-0,7
Bens de Capital	56.614,3	25,4	60.165,7	25,1	24.431,4	24,8	24.427,3	25,7	0,0
Equipamentos de Transporte de Uso Ind.	5.512,1	2,5	5.940,8	2,5	2.427,7	2,5	2.254,2	2,4	-7,1
Bens Intermediários	89.527,1	40,1	95.642,8	39,9	38.138,5	38,7	37.734,5	39,8	-1,1
Alimentos e Bebidas Destinados à Indústria	3.970,5	1,8	4.263,0	1,8	1.733,0	1,8	1.880,1	2,0	8,5
Insumos Industriais	67.516,5	30,3	70.830,7	29,6	27.960,6	28,3	27.734,8	29,2	-0,8
Pecas e Acess. Equip. de Transporte	17.952,4	8,0	20.408,0	8,5	8.412,2	8,5	8.092,8	8,5	-3,8
Bens Diversos	-	-	141,1	0,1	32,7	0,0	26,9	0,0	-17,8
Bens de Consumo	31.976,1	14,3	32.694,9	13,6	13.250,5	13,4	12.769,9	13,5	-3,6
Bens de Consumo Duráveis	13.058,5	5,9	12.352,0	5,2	4.752,0	4,8	4.499,7	4,7	-5,3
Bens de Consumo Não Duráveis	18.917,7	8,5	20.342,9	8,5	8.498,5	8,6	8.270,2	8,7	-2,7
Combustíveis e Lubrificantes	39.519,5	17,7	45.176,7	18,9	20.423,5	20,7	17.733,1	18,7	-13,2

Fonte: MDIC *Janeiro a Maio

Quanto às exportações, a **Tabela 5** mostra um recuo de 3,4% (de US\$ 93,3 bilhões entre janeiro e maio de 2013 para US\$ 90,1 bilhões no mesmo período deste ano). Essa redução se deu nos produtos semimanufaturados (-10,7%) e manufaturados (-8,9%). Diminuíram os embarques de produtos semimanufaturados de ferro e aço (-17,9%), de suco de laranja congelado (-20,6%) e automóveis (-28,0%). É o chamado efeito - Argentina¹. As exportações para o país vizinho, que somaram US\$ 7,6 bilhões entre janeiro e maio de 2013, se reduziram a US\$ 6,1 bilhões nos mesmos cinco meses deste ano, um recuo da ordem de 24,6%. Uma vez que a Argentina é um dos principais mercados para os produtos industrializados brasileiros, os efeitos de uma crise naquele país não poderiam passar despercebidos na balança comercial brasileira.

Tabela 5 – Exportações brasileiras por fator agregado (US\$ bilhões): 2008 a 2014

Ano	Total	Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados	
	Exportações	Total (em US\$ bilhões)	% do total	Total (em US\$ bilhões)	% do total	Total (em US\$ bilhões)	% do total
2008	197,9	73,0	36,9%	27,1	13,7%	92,7	46,8%
2009	153,0	62,0	40,5%	20,5	13,4%	67,3	44,0%
2010	201,9	90,0	44,6%	28,2	14,0%	79,6	39,4%
2011	256,0	122,5	47,8%	36,0	14,1%	92,3	36,0%
2012	242,6	113,5	46,8%	33,9	14,0%	90,7	37,4%
2013	242,2	113,0	46,7%	30,5	12,6%	93,1	38,4%
2013*	93,3	44,5	47,7%	12,3	13,2%	34,4	36,9%
2014*	90,1	45,3	50,3%	11,0	12,2%	31,3	34,8%

Fonte: MDIC *Janeiro a Maio

Mas se as exportações de produtos industrializados e semi-industrializados não estão crescendo –

¹<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/01/entenda-crise-economica-e-politica-na-argentina.html>

mesmo com o câmbio não atrapalhando – o mesmo não pode ser dito sobre as vendas de produtos básicos, que registram avanço de 1,9% nos primeiros cinco meses de 2014, contra o mesmo período do ano passado. Somente os embarques de soja (triturada, exceto para semeadura) cresceram 21,0%. Não fosse a redução nos embarques de milho (-54,4%), o resultado comercial do chamado “agronegócio” estaria ainda melhor.

Mercado de Trabalho

No atual boletim, não serão apresentados os dados referentes à população ocupada, taxa de desemprego e massa salarial real, cujo acompanhamento vem sendo realizado trimestralmente neste boletim. Devido à greve de funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) ficaram comprometidos em duas das seis regiões metropolitanas pesquisadas, portanto sem confiabilidade necessária para a comparação com os meses anteriores. Fica a análise do mercado de trabalho brasileiro restrita aos dados da PNAD contínua, cuja divulgação, anteriormente suspensa por questionamentos metodológicos, foi feita pelo IBGE, relativos ao 1º trimestre/2014, e aos dados do CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

De acordo com a PNAD contínua, a taxa de desemprego no 1º trimestre de 2014 ficou em 7,1%, abaixo da taxa registrada no mesmo período do ano passado (8,0%). Comparada à taxa média de desemprego do 1º trimestre/2014 medida pela PME (5,0%), a PNAD contínua mostra uma desocupação bem mais ampla. Em ambas as pesquisas, porém, há um ponto em comum: a tendência de redução da população desocupada, mesmo diante do baixo crescimento econômico.

A **Tabela 6** informa a movimentação líquida de empregos formais no Brasil. Desde 2011, o mercado de trabalho formal brasileiro vem perdendo fôlego, com desaceleração no ritmo de abertura de novas vagas. Essa trajetória segue em 2014. De acordo com o CAGED, de janeiro a maio de 2014 foram abertas 543,2 mil novas vagas no mercado de trabalho formal, redução expressiva de 28,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior, quando foram abertas 755,7 mil novas vagas.

Tabela 6 – Geração líquida de empregos formais (admissões - demissões): Brasil- 2011 a 2014

Setores de Atividade	Geração de empregos					Variação absoluta (b-a)	Var. % (b/a)
	2011	2012	2013	2013* (a)	2014* (b)		
Total	2.026.571	1.372.594	1.119.121	755.733	543.231	-212.502	-28,1
Extrativa mineral	19.663	11.299	2.698	2.638	1.377	-1.261	-47,8
Ind. de Transformação	224.409	92.814	121.041	184.684	72.280	-112.404	-60,9
S.I.U.P.	9.617	10.233	8.256	8.574	4.890	-3.684	-43,0
Construção civil	235.922	156.875	104.778	140.588	82.448	-58.140	-41,4
Comércio	477.367	402.700	316.854	-7.724	-55.938	-48.214	-624,2
Serviços	958.215	696.434	553.213	337.207	346.216	9.009	2,7
Administração pública	15.793	-3.912	19.479	30.773	24.503	-6.270	-20,4
Agropecuária	85.585	6.151	-7.198	58.993	67.455	8.462	14,3

Fonte: CAGED/MTE

O recuo se dá em seis dos oito setores de atividade. As exceções ficaram por conta da Agropecuária (+14,3%), que demandou mais mão-de-obra para a colheita da safra recorde de soja, e dos Serviços (+2,7%), muito em função da demanda nas cidades-sede da Copa do Mundo. O segmento de *Alojamento e Alimentação* (Hotéis, pousadas, restaurantes, bares, etc.), por exemplo, abriu 12 mil vagas entre janeiro e maio deste ano a mais do que o mesmo período do ano passado. Vale ressaltar o segmento de *Ensino*, que contratou, neste ano até maio, 10 mil pessoas a mais do que em 2013.

Por outro lado, o resultado no Comércio é quase dramático. Entre janeiro e maio de 2013, o saldo já havia sido negativo (mais demissões que contratações). No mesmo período de 2014, as demissões se ampliaram, principalmente no Comércio Varejista. O crescimento real mais moderado da massa salarial – à taxa anualizada de 2,2% em março – bem como do crédito, aliado às pressões inflacionárias do início do ano, certamente exerceram impacto sobre as vendas do Comércio e, conseqüentemente, sobre o ritmo de contratações do setor.

As contratações por parte da Indústria de Transformação também perderam dinamismo em 2014. O segmento da Indústria do Material de Transporte, por exemplo, registra saldo negativo nos primeiros cinco meses deste ano (-9,2 mil), bem diferente do resultado verificado em igual período do ano passado (+22,9 mil). Concorrem para esse número as menores vendas de automóveis, tanto para o mercado externo quanto para o mercado interno. Os segmentos da Indústria Mecânica e da Indústria Metalúrgica, que de janeiro a maio de 2013 registraram a abertura de quase 30 mil novas vagas, também desaceleraram fortemente, neste ano respondendo somente por 4,0 mil novos postos de trabalho.

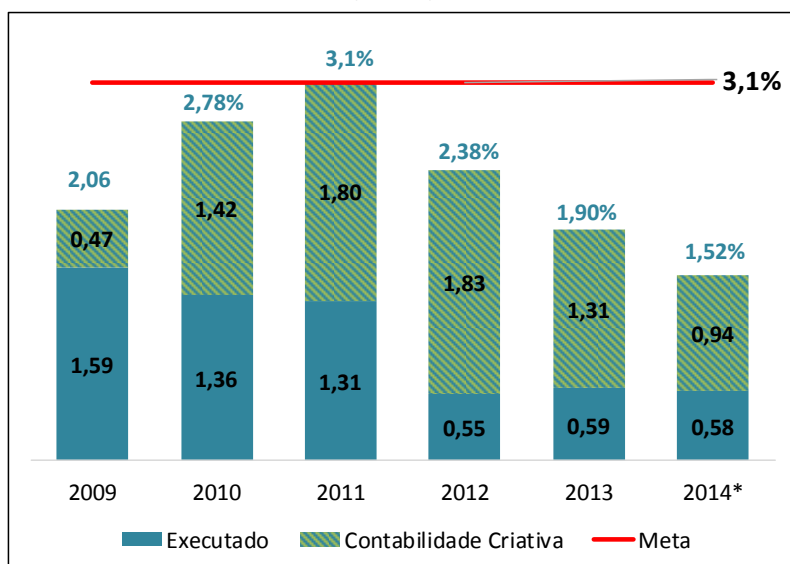
Finanças Públicas

Resultado do Tesouro Nacional

Superávit Primário de 2014 está distante da meta.

No acumulado de 12 meses encerrados em maio de 2014, o Superávit Primário do Setor Público Consolidado (Governo Central, Estados e Municípios - fora Petrobras e Eletrobrás) atingiu R\$ 76,1 bilhões (1,52% do PIB), contra R\$ 88,8 bilhões registrados no mesmo período de 2013 (1,95% do PIB). O Governo reavaliou a meta do ano de R\$ 167,4 bi (3,01%) para R\$ 99,0 bi (1,90%).

Gráfico 8 - Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% PIB) - 2011 a 2014.



Fonte: BCB *Acumulado de 12 meses encerrados em maio/2014

Até o mês de abril o Governo estava alinhado com a meta, tendo alcançado o patamar de 1,87% do PIB. O resultado de maio, todavia, mudou essa tendência, foi o pior mês de maio desde 2001, o único mês com registro negativo em toda a série (-R\$ 11,046 bilhões).

Na verdade, o Resultado é ainda mais modesto: descontados os recursos da “contabilidade criativa” (compensações financeiras, concessões e dividendos, não recorrentes), o resultado estaria em 0,58%, o menor patamar desde 2001.

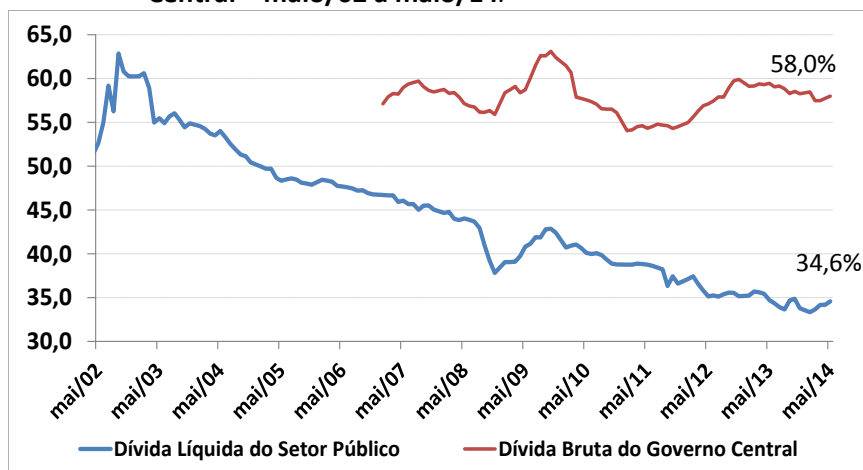
Além dos questionáveis canais dos dividendos, concessões e compensações financeiras, o Governo está usando outras estratégias para mascarar sua problemática gestão fiscal. O Governo postergou de abril para outubro deste ano o pagamento de R\$ 3,1 bilhões de precatórios do INSS e R\$ 2,67 bilhões em precatórios da administração direta e indireta. Além disso, em 2014, o Tesouro decidiu fazer as transferências legais de receitas aos Estados e municípios no último dia do mês. Com isso, o débito no caixa único da União e o crédito nos cofres estaduais e municipais só ocorrem no mês seguinte. Com a postergação, conhecida como "pedalada" na área técnica, o Tesouro ganhará um mês dessas receitas,

desde que mantenha a sistemática até o fim do ano.

O cenário fiscal de 2014 não aponta para aumento da arrecadação. O Governo prorrogou o desconto sobre Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o setor automotivo até dezembro de 2014 e está estudando o adiamento da recomposição da alíquota de IPI para móveis. A renúncia fiscal nesses dois segmentos deverá atingir em torno de R\$ 1,6 bilhão, neste ano.

O impacto do encurtamento do resultado fiscal primário tem reflexo direto no endividamento do Governo. As trajetórias da Dívida Líquida do Setor Público Consolidado - DLSP e da Dívida Bruta do Governo Central - DBGC voltaram a apresentar sinais de crescimento nos dois últimos meses, após um período de decréscimo desde meados do ano passado.

Gráfico 9 – Dívida Líquida do Setor Público e Dívida Bruta do Governo Central – maio/02 a maio/14.



Fonte: BCB

O Custo do endividamento do Governo é crescente, pois está diretamente relacionado à trajetória de alta da Selic. Estudos apontam que a taxa de juros implícita da DLSP está em torno de 17% e pode se convergir para 20% até 2018². Tal pressão financeira está relacionada ao perfil da dívida líquida: créditos contra bancos públicos, em sua maioria operações do Tesouro com o BNDES, ativos de baixo rendimento, somados ao custo da manutenção do elevado estoque de reservas internacionais (cerca de US\$ 350 bilhões). A remuneração dos empréstimos ao BNDES é dada basicamente pela TJLP, hoje em 5% a.a.; e a remuneração das reservas também é inferior ao custo de captação do Tesouro no mercado brasileiro.

A elevação da taxa de juros implícita da dívida aponta para a necessidade de esforços fiscais cada vez maiores para estabilizá-la. O estudo citado mostra que o superávit primário necessário para estabilizar a DLSP atualmente é de 3% do PIB. Em se tratando da Dívida Bruta, entretanto, o superávit primário que a estabiliza é bem menor, situando-se em torno de 1,5% do PIB, em 2014. A estratégia seria, então, alcançar um equilíbrio entre superávits primários que inibisse o crescimento da dívida líquida e acelerasse a queda da dívida bruta. Mas, para isso, é fundamental atacar os fatores que fizeram explodir o *spread* entre Selic e os juros implícitos da DLSP. Assim, o Tesouro teria de parar de expandir seus créditos ao BNDES, de tal forma que o montante dos mesmos permanecesse estável como proporção do PIB nos próximos anos. Seria necessário também reavaliar os custos e benefícios da acumulação de reservas internacionais.

No final de junho recente o Governo concedeu mais um empréstimo, agora no valor de R\$ 30,0 bilhões para o BNDES e anunciou que o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), implementado por meio do BNDES e principal destino desses aportes, valerá também em 2015, o que significa que os aportes também se estenderão até esse ano. O objetivo dos empréstimos do Tesouro Nacional para o BNDES é prover a instituição financeira de recursos para realizar empréstimos ao setor produtivo, principalmente o setor privado. O ponto negativo, entretanto, fica por conta de como é financiado (empréstimos com baixa remuneração) e como está contribuindo para triangulação entre o Tesouro e o BNDES para favorecer a contabilidade criativa, através do canal dos dividendos.

² Artigo intitulado *Para onde caminha o endividamento público brasileiro*, publicado na Revista Conjuntura Econômica, edição de maio de 2014.

Enfim, devido aos indicadores recentes de deterioração nas contas públicas, os analistas de mercado tornaram-se mais pessimistas e avaliam que o superávit primário deste ano não ultrapassará 1,3% do PIB, percentual insuficiente para conter uma elevação tanto da dívida líquida como bruta.

4 CENÁRIO ESTADUAL

Produção Agrícola

Produção de grãos bate recorde e alcança 4,049 milhões de toneladas.

Os dados do Levantamento Sistemático de Produção Agrícola, divulgados em junho/2014 pelo IBGE, indicam que a estimativa da produção maranhense de grãos (cereais, leguminosas e oleaginosas) cresceu 16,42% de janeiro a maio de 2014, contra o ano de 2013, totalizando 4,049 milhões de toneladas, um recorde na produção do estado. Esse elevado incremento se deveu a uma melhora geral em todas as lavouras do estado, com destaque para a expansão de 18,5% na produção de soja e de 12,5% na produção de milho. Segundo dados preliminares do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias – GCEA/MA, a perspectiva é que o milho segunda safra, que hoje perfaz 42,1% da produção total de milho, ocupe 40% da área de soja. Eis um dos motivos pelos quais o rendimento médio da lavoura se elevou bastante no período analisando, registrando incremento de 46,0% no rendimento médio.

Tabela 7 - Estimativa de Área Plantada e Colhida, Produção e Rendimento Médio do Maranhão e Produção do Brasil em 2013 e jun/14.

Produto	Período	Área (mil ha)	Prod. MA (mil ton)	Rend. Médio MA (Kg/ha)	Prod. NE (mil ton)	Rend. Médio NE (Kg/ha)	Prod. BR (mil ton)	Rend. Médio BR (Kg/ha)	Prod. MA/NE (%)	Prod. MA/BR (%)
		Plantada								
Soja	2013 (a)	563	1.582	2.808	5.268	2.283	81.700	2.932	30,0	1,9
	jun/14 (c)	678	1.877	2.770	7.347	2.705	86.601	2.861	25,5	2,2
	(c/a)	20,3	18,6	-1,4	39,5	18,5	6,0	-2,4	-	-
Milho	2013 (a)	506	1.322	2.028	4.808	2.072	80.547	5.349	27,5	1,6
	jun/14 (c)	555	1.493	2.942	7.400	2.955	76.246	4.968	20,2	2,0
	(c/a)	9,7	13,0	45,1	53,9	42,6	-5,3	-7,1	-	-
Feijão	2013 (a)	94	43	350	487	213	2.937	778	8,8	1,5
	jun/14 (c)	98	50	504	876	595	3.554	1.515	5,8	1,4
	(c/a)	4,4	17,4	43,9	79,9	179,1	21,0	94,8	-	-
Arroz	2013 (a)	404	481	1.193	704	1.282	11.759	5.006	68,4	4,1
	jun/14 (c)	389	588	1.510	861	1.614	12.259	5.201	68,3	4,8
	(c/a)	-3,5	22,1	26,6	22,3	25,9	4,3	3,9	-	-
Algodão	2013 (a)	19	75	4.058	1.040	3.199	3.404	3.625	7,2	2,2
	jun/14 (c)	19	76	4.089	1.342	3.616	4.307	3.783	5,7	1,8
	(c/a)	0,5	1,2	0,8	29,0	13,0	26,5	4,4	-	-
Mandioca	2013 (a)	190	1.325	6.987	4.810	8.368	21.199	13.909	27,6	6,3
	jun/14 (c)	188	1.632	8.676	6.012	10.365	23.246	14.636	27,1	7,0
	(c/a)	-0,9	23,1	24,2	25,0	23,9	9,7	5,2	-	-
Cana-de-açúcar	2013 (a)	50	2.968	59.594	69.200	57.822	737.859	75.113	4,3	0,4
	jun/14 (c)	47	2.767	59.046	67.852	57.758	741.219	74.753	4,1	0,4
	(c/a)	-5,9	-6,8	-0,9	-1,9	-0,1	0,5	-0,5	-	-

Fonte: IBGE/GCEA/LSPA

Estimativas da USDA (equivalente ao ministério da Agricultura em nosso país) norte-americana, apontam para safra recorde de soja naquele país (105 milhões de toneladas) que, somada à safras recorde

na América do Sul (155 milhões de toneladas entre Brasil, Argentina e Paraguai) vem levando a uma expectativa de acúmulo de estoques, com os efeitos já mencionados sobre os preços do produto. No caso brasileiro este cenário de preços, que deverá melhorar a partir da redução da área plantada na 2014/15, afetará, sobretudo a rentabilidade dos plantadores de soja do Mato Grosso, justamente aqueles que têm contra si os maiores custos de frete.

Quanto à área plantada, os maiores incrementos foram registrados nas áreas de soja e de milho. A soja incrementou 114,1 mil ha a sua área plantada, com expansão de 20,3%, impulsionando a produção ao equivalente a 1,8 milhão de toneladas. Em contrapartida, houve recuo de 1,5% no rendimento médio. Ao mesmo tempo, a produção nordestina cresceu 35,4%, levando a participação do estado na região a uma redução de 30% para 26,3%. A cultura de milho, por sua vez, registrou crescimento de 9,0% na área plantada, puxada pela expansão de 29,1% na área plantada do milho de segunda safra. A lavoura também perdeu participação em relação ao Nordeste, mas ganhou 4,0 p.p no plano nacional. Isso porque o Brasil registrou queda na produção e no rendimento médio do grão nesses primeiros cinco meses do ano, encolhimento que pode estar relacionado com queda do preço da *commodity* no mercado internacional que foi de 17,3% no período analisado, ao passo que o preço da soja apresentou alta de 12,1%.

Na lavoura familiar, houve recuo na área plantada de arroz e mandioca, enquanto o feijão registrou crescimento. Na lavoura de arroz, a queda foi 3,6%, uma redução de 14,3 mil ha plantados. Um dos fatores já comentados nas notas anteriores e confirmados pelo próprio GCEA é a preferência dos produtores pelo cultivo do milho, deslocando áreas anteriormente dedicadas ao plantio de arroz. Soma-se a isso a desativação de algumas indústrias de beneficiamento no interior do estado, induzindo o agricultor a abandonar o cultivo do cereal. Além disso, o arroz produzido no estado tem sido substituído por arroz importado de outros estados e países³. Da mesma forma, a mandioca registrou recuo de 1,7 mil ha na área plantada (-0,9%). A despeito da redução na área de cultivo, a produção de mandioca cresceu 23,1%, resultando em um incremento de 24,2% na produtividade, alcançando 8.681 kg/ha, resultado que provém de melhorias nas técnicas de cultivo em alguns municípios do Estado (Balsas, Belágua, Capinzal do Norte, Graça Aranha, Jatobá, Mirador, Pedreiras, Senador Alexandre Costa e Trizidela do Vale), para o que pode ter contribuído para o acesso a ações de qualificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

Por outro lado, a área plantada de feijão registrou crescimento de 2,6%. Em adição, a produção da leguminosa no estado apresentou incremento de 14,8% e a expansão no rendimento médio foi de 43,6%. No entanto, a produção estadual perdeu participação em relação ao Nordeste e ao Brasil, visto que as duas esferas apresentaram elevadas taxas de crescimento. A área dedicada à lavoura de cana-de-açúcar apresentou queda de 5,9%, impactando negativamente a produção de 6,8% e o rendimento em -0,9%. No Nordeste a produção recuou 3,0% e no Brasil, ficou estável. O mau andamento da lavoura pode ser reflexo do desestímulo à indústria de etanol, uma das consequências da política de sub reajustamento dos preços dos derivados de petróleo. Em contrapartida, a área plantada de algodão registrou incremento de 0,5% no Estado, praticamente estável em relação ao ano anterior. Ademais, a produção cresceu 1,2% e o rendimento 0,8%. Segundo o GCEA, esses resultados ainda fazem parte da estimativa para lavoura, visto que a colheita só começará no segundo semestre.

Sondagem Industrial

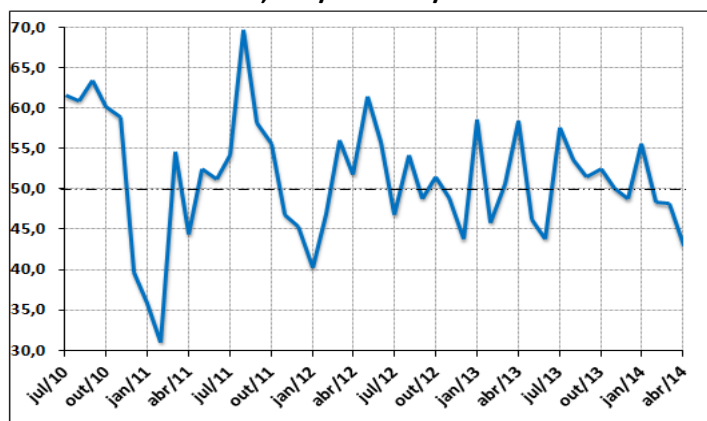
Índice de volume de produção recua pelo 3º mês consecutivo

Nos últimos quatro anos, o indicador de volume de produção da FIEMA (Federação das Indústrias do Maranhão) alcançou uma média de 51,3 pontos. No entanto, no 1º quadri/14 essa média recuou 8,6% em

³ Vide nota de Conjuntura de Março de 2014

relação ao mesmo período de 2013, o que significa que atividade industrial maranhense está em fase de desaceleração. O indicador chegou ao patamar de 42,9 pontos em abr/14, o menor desde jan/12 (Gráfico 9).

Gráfico 10 – Evolução do índice de volume de produção da indústria, Abr/13 e Abr/14.



Fonte: FIEMA

Dentre os indicadores que apontam redução na atividade industrial estão o recuo no nível de utilização da capacidade instalada e redução do número de empregados.

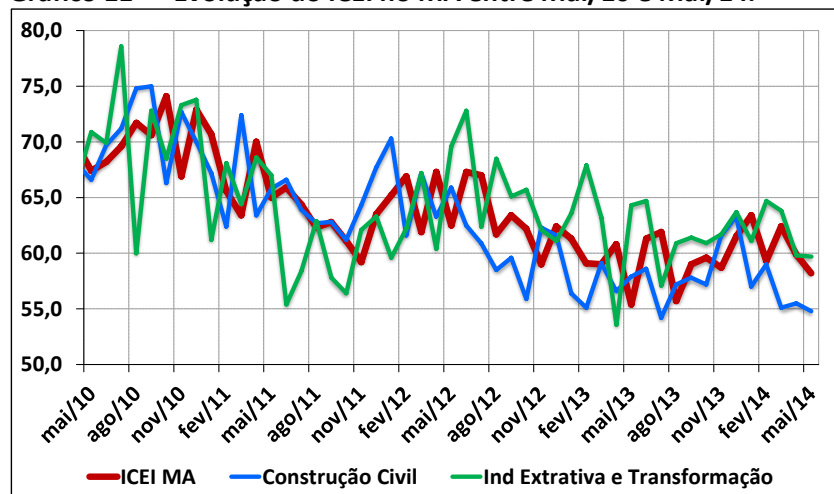
Índice de Confiança Empresarial

Confiança empresarial registra queda

Entre 2010 e 2013, o Índice de confiança do empresário Industrial Maranhense – ICEI registrou desaceleração embora mantendo-se no terreno positivo (acima de 50,0 significa expectativas de expansão). A retomada do 2º semestre de 2013 foi sucedida por uma reversão abrupta nos primeiros cinco meses de 2014, tendo o último mês de maio registrado uma pontuação (57,9), inferior ao registrado na comparação com o mesmo mês do ano anterior e na comparação com abril de 2014.

Dentre os fatores que contribuíram para o desempenho mais modesto do ICEI maranhense estão o recuo de 7,2% nas indústrias extrativas e de transformação e de 5,4% na construção civil, ambas em relação a maio de 2013. Na comparação com o mês anterior, esta registrou recuo de 1,3% (saíndo de 55,5 para 54,8 pontos), aquela apresentou queda de 0,2%, chegando a 59,7 pontos.

Gráfico 11 – Evolução do ICEI no MA entre Mai/10 e Mai/14.



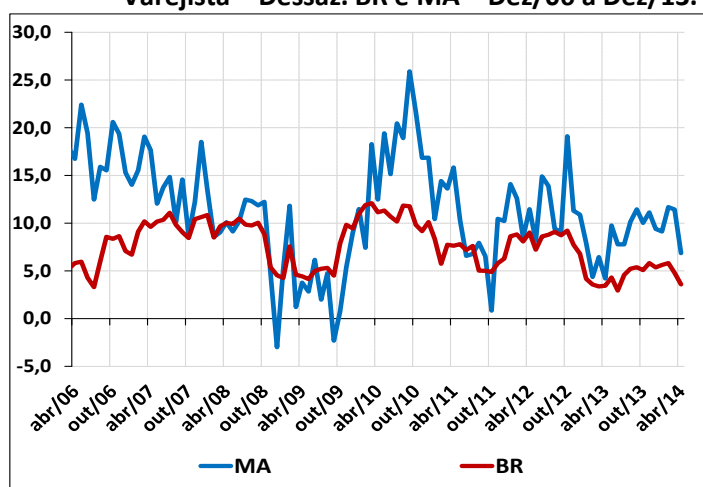
Fonte: IBGE.

Comércio

Desempenho do comércio varejista maranhense é o melhor da federação no período de 12 meses encerrados em abril.

O volume de vendas do comércio varejista maranhense registrou recuo de 3,3% em abril de 2014, na comparação com o mês anterior (série livre dos efeitos sazonais), queda mais acentuada que a registrada no plano nacional (-0,3%). Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o incremento foi de 8,1%, tendo no deslocamento do período comemorativo da Páscoa a principal explicação, já que a data foi comemorada em março do ano passado e neste ano em abril. No acumulado do período de 12 meses encerrado em abril último contra os 12 meses anteriores, a taxa crescimento foi igual a 9,6%, a maior dentre todas as unidades da federação.

Gráfico 12 – Evolução do Volume de Vendas do Comércio Varejista – Dessaz. BR e MA – Dez/06 a Dez/13.



Fonte: IBGE.

O volume de vendas do comércio varejista registrou crescimento de 8,1% no Estado na comparação com abril de 2013, sendo puxado pelo período da Páscoa. No plano nacional houve incremento de 6,7% na mesma base de comparação, após o mês de março de 2014 ter apresentado o pior resultado desde fevereiro de 2013.

No caso do comércio varejista ampliado (que inclui também os segmentos de peças de veículos e material de construção), registrou-se expansão de 1,9% na comparação de abril de 2014 contra o mesmo mês do ano anterior. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o crescimento foi da ordem de 3,9%, desempenho também melhor do que o observado no plano nacional, cuja expansão foi de 2,6%.

Da mesma forma, o faturamento real do comércio varejista (corrigido pelo IPCA) também registrou queda no mês de abril frente ao mês anterior (-2,0%), abaixo do recuo registrado no volume de vendas. Por outro lado, registrou-se expressivo crescimento do faturamento real do comércio nos últimos 12 meses em comparação com o ano anterior(+9,8%). Já no plano nacional o indicador registrou incremento de 0,6% contra março de 2014 e de 5,4% nos últimos 12 meses. No caso do Estado do Maranhão, a taxa de expansão faturamento real do comércio varejista tem se mantido constante nos últimos 3 anos, exceto 2010, um ano com crescimento excepcional, de 18,3%.

Endividamento

Endividamento atinge 74,3% dos consumidores ludovicenses.

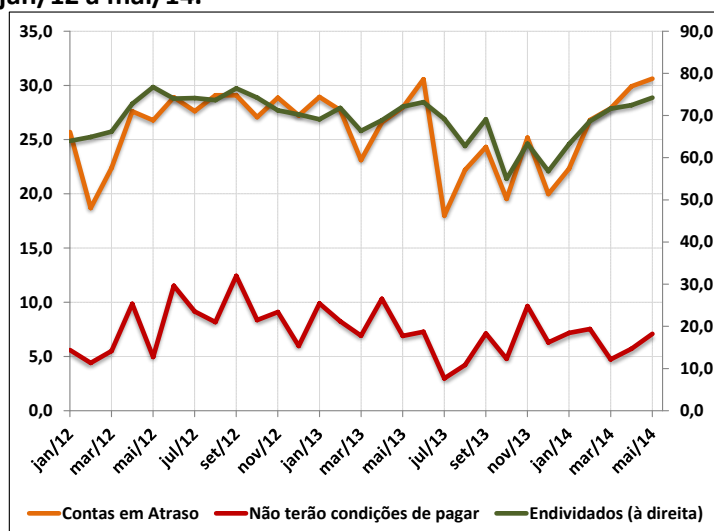
A Pesquisa de Endividamento do Consumidor (PEIC), realizada em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do estado do Maranhão, mostrou que em maio de 2014 não menos que 74,3% dos consumidores ludovicenses encontravam-se endividados, maior percentual desde julho de

2012, quando o indicador alcançou 76,5%. Do total de 219.118 famílias endividadadas, 30,6% possuíam contas em atraso e 7,1% avaliam que não terão condições de fazer o pagamento (**Gráfico 13**).

Dentre os instrumentos de crédito que exibem a maior concentração de endividados estão o cartão de crédito (71,7%), o carnê de loja (16%) e o crédito pessoal (8,9%). A elevada exposição à dívidas no cartão de crédito, cujas taxas de juros atingem patamares superiores a 250% ao ano, apresenta riscos de forte elevação da inadimplência nos próximos meses em uma conjuntura de inflação elevada, reversão nos indicadores de emprego e maior conservadorismo na oferta de crédito por parte das instituições financeiras.

Gráfico 13 — Proporção de famílias endividadadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las, entre jan/12 a mai/14.

Analisando o perfil dessas famílias, constatou-se que as que recebem até 10 salários mínimos possuíam a maior proporção de endividados (74,9%), uma diferença de 10,3 p.p. para as famílias que ganham acima de 10 salários mínimos (64,6%). No entanto, 58,6% das famílias pertencentes à última faixa de renda e 54,4% pertencente a primeira afirmaram ter em média 35,0% da renda comprometida com dívidas.



Fonte: IBGE

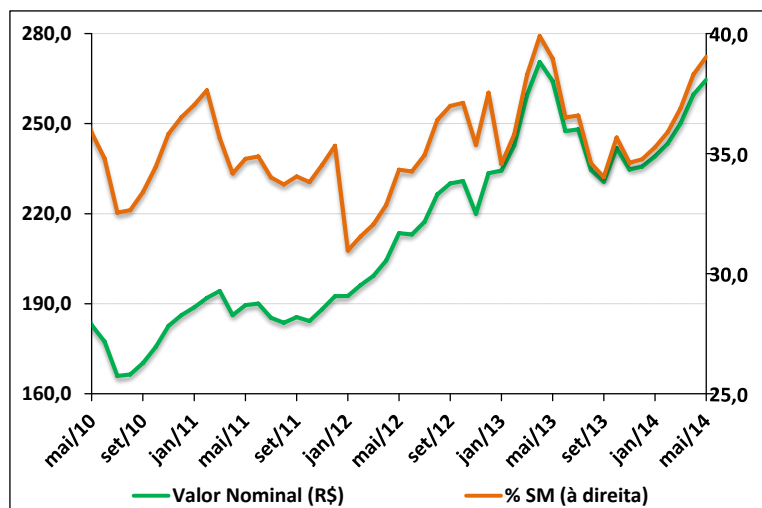
Cesta Básica

A cesta básica de São Luís registrou queda de 1,14% entre janeiro e maio

A cesta básica ludovicense registrou incremento real de 1,4% em maio de 2014, na comparação com o mês anterior, alcançando R\$ 264,69, o maior preço dos últimos 12 meses. Por outro lado, entre os meses de janeiro e maio deste ano, o valor médio da cesta básica ludovicense, apresentou queda de 1,1% quando comparada ao mesmo período de 2013, comprometendo de 37,1% do salário mínimo vigente a partir janeiro contra 37,5% no ano anterior.

Na variação interanual, os preços da cesta mantiveram-se estabilizados, isso porque no primeiro semestre do ano anterior estes estavam aquecidos em virtude da pressão inflacionária. No entanto, os produtos que tiveram impacto positivo na aceleração do preço em 2013, passaram a desenhar uma trajetória contrária nestes primeiros meses do ano. O preço da farinha, por exemplo, registrou queda de 18,3% e esse fator tem relação direta com o aumento da produção e da produtividade da mandioca no Estado. As perdas registradas pela cultura nos últimos dois anos, coincidentes com o período de estiagem no Maranhão, deverão ser compensadas pelo bom andamento da lavoura 2013/2014, que poderá aumentar a oferta do produto no mercado ludovicense e consequentemente reduzirá o seu preço. Em continuidade, a banana apresentou queda nos preços médios de 16,1%, seguida pelo tomate (-7,2%) e pelo açúcar (-7,0%). Na contramão, os produtos: carne (+18,1%), pão (+6,6%), feijão (+4,2%) e óleo (+3,6%) ficaram mais caros e tenderão a pressionar o valor da cesta para um patamar mais elevado que o atual.

Gráfico 14 – Evolução da Cesta Básica de São Luís – Valor Real (R\$) e Participação do Salário Mínimo, entre Jan/10 e Jan/14.



Fonte: IMESC.

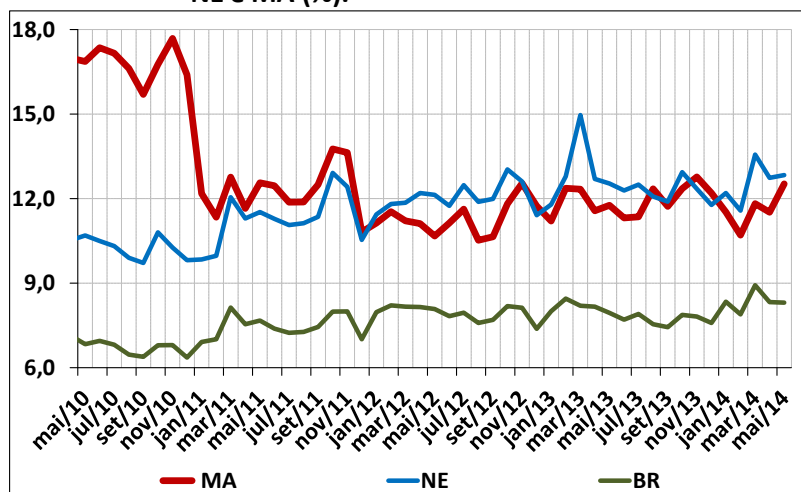
O gráfico mostra a aceleração no valor da cesta básica no início de 2014, entretanto, nota-se que o valor nominal ainda se encontra abaixo do registrado em maio de 2013, sob influência dos fatores climáticos adversos observados naquele momento.

Cheques sem Fundos

Proporção de cheques sem fundos registra tendência de elevação no Resto do Maranhão e nas esferas regional e nacional

A proporção de cheques sem fundos no Maranhão cresceu 8,7% em maio, segundo dados do Sistema Brasileiro de Pagamento, crescendo de 11,5% em abril para 12,5%, expansão mais elevada do que a apresentada na região Nordeste (0,7%) e contrária ao movimento da média nacional, que registrou queda de 0,2% no mesmo período (**Gráfico 14**). Por outro lado, no mês de março, o Brasil registrou o maior pico de proporção de cheques sem fundos desde março de 2009, com crescimento de 15,4% contra o mês anterior. A tendência de elevação do indicador constitui reflexo da combinação de inflação elevada com os efeitos da recente alta na taxa de juros básicos e reversão nos indicadores do mercado de trabalho.

Gráfico 15 – Proporção de cheques sem fundos sobre o total – BR, NE e MA (%).



Fonte: Compe/BACEN.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, as três esferas registram expansão nessa modalidade de indicador. O Estado do Maranhão a partir de fevereiro passou a apresentar uma tendência crescente no registro de cheques sem fundos, numa dinâmica que tenderá a superar o Nordeste nos próximos meses.

Comércio Exterior

Tabela 8 – Exportações, Importações e Corrente de Comércio do Maranhão (US\$ mil) – 2003 a 2014

Ano	Exportação	% a.a.	Importação	% a.a.	Corrente de comércio	% a.a.
2003	739.802	13,4	661.799	-23,8	1.401.601	-7,8
2004	1.231.094	66,4	735.732	11,2	1.966.826	40,3
2005	1.501.053	21,9	1.156.716	57,2	2.657.769	35,1
2006	1.712.702	14,1	1.725.869	49,2	3.438.571	29,4
2007	2.177.155	27,1	2.353.170	36,3	4.530.325	31,8
2008	2.836.303	30,3	4.102.751	74,3	6.939.054	53,2
2009	1.232.814	-56,5	1.993.436	-51,4	3.226.250	-53,5
2010	2.920.267	136,9	3.817.084	91,5	6.737.351	108,8
2011	3.047.103	4,3	6.281.387	64,6	9.328.490	38,5
2012	3.024.688	-0,7	7.060.363	12,4	10.085.051	8,1
2013	2.341.917	-22,6	6.832.875	-3,2	9.174.792	-9,0
2013*	948.266	-22,1	3.746.886	24,2	4.695.152	10,9
2014*	837.043	-11,7	2.783.800	-25,7	3.620.843	-22,9

Fonte: MDIC. *Janeiro a maio.

A **Tabela 9** mostra que o valor das exportações do Maranhão registrou variação negativa (-11,7%) em 2014, na comparação com 2013. A redução mais acentuada (-37,5%) nas exportações do complexo ferro comprometeu o resultado das exportações maranhenses de janeiro a maio deste ano. A interrupção da produção de pelotas (minérios de ferro aglomerados) já foi destacada em boletins anteriores como sendo a principal razão para a queda do valor das exportações maranhenses em 2013. De fato, as exportações do complexo ferro caíram 52,6% de 2012 para 2013, com o valor total das exportações registrando queda de 22,5% no mesmo período. De janeiro a maio de 2014, a exportação de ferro-gusa (ferro fundido bruto não ligado) é que registra recuo, de 35,2% na comparação com igual período de 2013.

Tabela 9 - Composição das Exportações Maranhenses por Principais Categorias de Produtos em Valor (US\$ Milhões), Quantidade (Em 1000 Ton.) e Variação (% a.a.)

Categoria de Produtos		2012		2013		2013*		2014*		Var. (%) 14/13	
		US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Complexos	Total	3.024,7	9.225	2.341,9	5.659,8	948,3	2.243,9	837,0	2.155,6	-11,7	-3,9
	Complexo Ferro	1.028,8	5.030,9	487,2	1.291,2	199,6	542,5	124,8	318,8	-37,5	-41,2
	Complexo Alumínio	887,5	2.551,2	937,4	2.915,4	449,7	1.239,5	358,6	1.225,5	-20,3	-1,1
	Complexo Soja	784,3	1.347,2	705,1	1.319,4	200,6	376,7	189,7	384,2	-5,4	2,0
	Ouro	124,6	0,002	98,6	0,002	37,4	0,0	31,3	0,0	-16,1	15,6
	Combustíveis e Lubrificantes	82,8	112,2	39,7	52,2	20,7	26,0	27,2	39,2	31,6	50,9
	Rutosídio	15,8	0,4	5,4	0,2	2,1	0,1	2,1	0,1	0,4	11,6
	Complexo Couro	2,9	1,2	0,2	0,1	0,7	0,4	1,4	0,4	99,0	4,0
	Complexo Celulose	-	-	-	-	-	-	82,8	160,1	-	-
Outros	97,9	182,2	68,4	81,3	37,4	58,6	18,9	27,2	-49,5	-53,6	
Participação no Compl. (%)	Complexo Ferro	100,0	100,0	100	100	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
	Min. de ferro aglomerados	51,6	77,4	1,4	4,2	5,2	14,3	0,0	0,0	-100,0	-100,0
	Ferro fundido bruto não ligado	48,4	22,6	98,6	95,8	94,8	85,7	100,0	100,0	5,5	16,7
	Min. de ferro nao aglomerados	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-
	Complexo Alumínio	100,0	100,0	100	100	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-
	Alumina calcinada	80,8	96,8	87,4	98,2	90,7	98,7	99,5	99,9	9,7	1,3
	Aluminio não ligado em forma	17,7	3,0	10,9	1,6	6,9	1,0	0,1	0,0	-98,7	-98,8
Ligas de aluminio em forma bruta	1,5	0,2	1,7	0,2	2,4	0,3	0,4	0,0	-84,9	-85,1	

Fonte: MDIC. *Janeiro a maio.

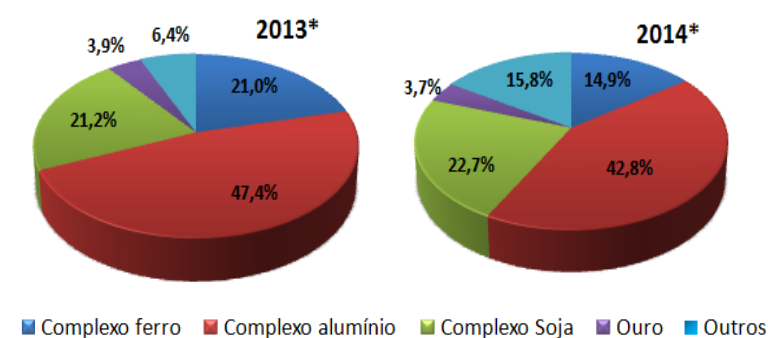
Dentro do complexo alumínio, caíram acentuadamente as exportações dos produtos com maior valor agregado. Os embarques de *Alumínio não ligado em Forma Bruta*, que de janeiro a maio de 2013 somavam US\$ 86,3 milhões, alcançam US\$ 167 mil em 2014. Da mesma forma, os embarques de *Ligas de Alumínio em Forma Bruta* caíram de US\$ 8,7 milhões em 2013 para US\$ 710 mil em 2014. Em compensação, a

exportação de *Alumina Calcinada* – que é o produto de menor valor agregado obtido a partir do refino da bauxita – respondeu por 99,9% (US\$ 357,6 milhões) do valor das exportações do complexo alumínio em 2014.

O valor das exportações de soja apresenta recuo de 5,4% de janeiro a maio deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado. Apesar do quantum exportado de soja ter crescido de 376,7 mil toneladas no ano passado para 384,2 mil toneladas este ano (+2,0%), o menor preço da *commodity* agrícola no mercado internacional reduziu a receita para os produtores do estado.

A novidade na pauta de exportação do Estado ficou por conta da entrada do complexo celulose. Com o início da produção na fábrica da Suzano, em Imperatriz, os primeiros embarques do produto foram realizados a partir de março, somando US\$ 82,7 milhões até maio.

Gráfico 16 – Composição das Exportações Maranhenses.



Fonte: MDIC

O Gráfico 16 ilustra a concentração da pauta de exportação do estado em torno da soja e da alumina calcinada, que juntos representaram 65% do valor, de janeiro a maio de 2014, movimento favorecido pela forte redução nas exportações do complexo ferro. O item *Outros* cresceu devido à entrada do complexo celulose na pauta.

A Tabela 10 mostra as importações maranhenses por categorias de uso. Nos anos recentes, o Maranhão experimentou um ciclo de importações direcionado para a viabilização de diversos investimentos, os mais importantes na área de logística, petróleo, energia elétrica, gás natural e produção de celulose. O salto na importação de *Bens de Capital* (US\$ 137,7 milhões em 2010 para 718,2 milhões em 2013) e de *Bens Intermediários* (de US\$ 402,3 milhões em 2010 para US\$ 737,2 milhões em 2013) serviu às fases de implantação desses projetos. Diante da conclusão da maior parte deles – Fábrica da Suzano, UTE Itaqui, UTE Santo Antônio dos Lopes, por exemplo – já se esperava em 2014 um arrefecimento desse ciclo de importações. Não à toa, entre janeiro e maio de 2014, a importação de *Bens de Capital* atingiu a marca de US\$ 71,1 milhões, uma expressiva redução de 82,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A importação de *Bens Intermediários*, por sua vez, deverá se manter no patamar atual, uma vez que essa categoria inclui os insumos industriais que essas empresas, já em operação, utilizam na fase de produção.

Tabela 10 – Evolução da Pauta de Importações do Estado do Maranhão de 2011 a 2014 (Composição em US\$ Milhões e Crescimento em %)

CATEGORIA	2011		2012		2013		2013*		2014*		Var 14/13*
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	6.281,4	100,0	7.060,4	100,0	6.832,9	100,0	3.748,7	100,0	2.783,8	100,0	-25,7
Bens de Capital	133,1	2,1	492,6	7,0	718,2	10,5	411,7	11,0	71,1	2,6	-82,7
Bens de Capital	68,4	1,1	411,6	5,8	533,3	7,8	388,7	10,4	71,1	2,6	-81,7
Equipamentos de Transp. de Uso Ind	64,7	1,0	81,1	1,1	24,7	0,4	22,9	0,6	0,0	0,0	-100,0
Bens Intermediários	651,3	10,4	751,3	10,6	737,2	10,8	321,7	8,6	312,4	11,2	-2,9
Alimentos e Beb destinados à Ind	36,8	0,6	26,5	0,4	30,4	0,4	14,9	0,4	16,5	0,6	10,7
Insumos Industriais	591,3	9,4	711,5	10,1	643,9	9,4	293,7	7,8	288,7	10,4	-1,7
Pecas e Acess. Equip. de Transporte	23,0	0,4	13,3	0,2	15,7	0,2	13,0	0,3	7,2	0,3	-44,7
Bens de Consumo	71,8	1,1	69,5	1,0	103,7	1,5	49,8	1,3	36,2	1,3	-27,4
Bens de Consumo Duráveis	1,6	0,0	2,5	0,0	2,9	0,0	1,7	0,0	1,0	0,0	-43,2
Bens de Consumo Não Duráveis	70,2	1,1	67,0	0,9	93,6	1,4	48,1	1,3	35,2	1,3	-26,8
Combustíveis e Lubrificantes	5.425,2	86,4	5.747,0	81,4	5.273,8	77,2	2.965,5	79,1	2.364,1	84,9	-20,3

Fonte: MDIC. * Janeiro a maio.

Mercado de Trabalho

No Maranhão, o balanço do mercado formal de trabalho indica desaceleração da atividade econômica.

A **Tabela 11** informa a geração líquida de empregos formais por nível geográfico. À exceção da Região Nordeste, todas as demais regiões perderam dinamismo entre janeiro e maio de 2014, na comparação com o mesmo período de 2013. No Nordeste, o saldo em 2014 é negativo, mas um pouco menor que em 2013.

Tabela 11 – Saldo de emprego formal¹: Brasil, Grandes Regiões e UF's Nordestinas

Localidade	Maio 2014	2013*	2014*	Variação absoluta	Var. (%)
Brasil	58.836	755.733	543.231	-212.502	-28,1
1º Sudeste	51.136	427.391	302.102	-125.289	-29,3
2º Sul	2.713	216.648	183.048	-33.600	-15,5
3º Centro-Oeste	7.765	121.265	80.628	-40.637	-33,5
4º Norte	4.327	23.455	6.733	-16.722	-71,3
5º Nordeste	-7.105	-33.026	-29.280	3.746	11,3
1º Bahia	8.205	27.866	25.093	-2.773	-10,0
2º Ceará	3.178	3.207	10.327	7.120	222,0
3º Piauí	719	5.158	6.391	1.233	23,9
4º RN	-406	-2.499	1.367	3.866	154,7
5º Sergipe	-524	608	1.202	594	97,7
6º Paraíba	313	-4.225	-1.589	2.636	62,4
7º Maranhão	696	487	-5.737	-6.224	-1.278,0
8º Pernambuco	-10.706	-23.886	-31.635	-7.749	-32,4
9º Alagoas	-8.580	-39.742	-34.699	5.043	12,7

Fonte: MTE. *Janeiro a Maio ¹Ajustes até abril.

Entre os estados nordestinos, os piores saldos em 2014 são registrados em Alagoas e Pernambuco. Esses estados sempre enfrentam no início do ano a entressafra da cana de açúcar, que termina por desmobilizar trabalhadores na lavoura. O Maranhão, por sua vez, figura em 7º lugar no Nordeste, no que se refere à geração líquida de empregos em 2014.

O Maranhão atravessa uma forte desaceleração na geração de empregos em 2014. No acumulado do ano, já foram fechados mais de 5,7 mil postos de trabalho formal. Nos primeiros cinco meses de 2014, comparado ao mesmo período de 2013, as demissões se ampliaram em todos os setores de atividade, à exceção dos Serviços. O setor de Serviços foi menos dinâmico, abrindo somente 1,3 mil vagas entre janeiro e maio, resultado 62% menor que o verificado em igual período de 2013. A boa notícia fica por conta do resultado de maio, quando foram abertas 696 novas vagas no Estado (em maio de 2013 foram fechadas 1,8 mil vagas), sinalizando para uma possível reversão do atual cenário.

A **Tabela 12** mostra a evolução do saldo de contratações líquidas celetistas do estado, contendo a abertura por subsetores de atividade. Nos primeiros cinco meses deste ano, o setor da *Construção Civil* (4,2 mil demissões líquidas) contribui significativamente para o fraco desempenho do mercado de trabalho formal no Estado. O segmento de *Construção de Edifícios*, que fechou 2,3 mil vagas, bem como o de *Construção de Rodovias e Ferrovias*, que fechou 775 postos de trabalho, apresentam os piores números. Por outro lado, o segmento de Construção de Obras de Arte Especiais, que engloba a construção e recuperação de pontes, viadutos, elevados, passarelas, túneis (urbanos, em rodovias e ferrovias), abriu 1,0 mil novas vagas, como reflexo de investimentos em infraestrutura.

Dois setores da economia maranhense que vem sustentando nos últimos anos a geração de empregos registraram resultados aquém dos anos anteriores. O Comércio, por exemplo, fechou 1,8 mil vagas nos primeiros cinco meses de 2014, revertendo o saldo positivo (395) que havia registrado no mesmo período de 2013. O segmento do *Comércio Varejista de Mercadorias – Hipermercados e Supermercados* fechou 1,1 mil vagas no estado esse ano. Já o setor de Serviços anota significativo recuo no saldo líquido de contratações (-62,2%), em comparação com 2013, respondendo pela abertura de somente 1,3 mil novas vagas. A criação líquida de postos de trabalho nas atividades ligadas aos *Serviços de Alojamento e Alimentação*, que engloba hotéis, pousadas, restaurantes e lanchonetes, teve recuo de 77,0%.

Tabela 12 - Mercado de Trabalho Formal no Maranhão segundo Subsetores de Atividade - 2010 a 2013* (CAGED Ajustado¹)

Setores de atividade	Geração de empregos			Saldo		Variação (b-a)	Var. % (b/a)
	2011	2012	2013	2013* (a)	2014* (b)		
Extrativa mineral	68	199	6	-43	-83	-40	-93,0
Indústria de Transformação	2.382	670	443	208	-142	-350	-168,3
Ind. de prod. min não met	562	341	542	144	-479	-623	-432,6
Ind. metalúrgica	911	427	-136	-253	-405	-152	-60,1
Ind. mecânica	123	-231	-994	-231	-462	-231	-100,0
Ind. do papel, papelão, editoria	-60	15	201	60	-7	-67	-111,7
Ind. química de prod.farm., vet	249	-598	332	817	1.059	242	29,6
Ind. de alimentos e bebidas	470	394	370	-333	10	343	103,0
Outras Indústrias	621	322	120	4	142	138	3.450,0
S.I.U.P.	182	-332	420	453	-341	-794	-175,3
Construção civil	678	-4.206	1.609	-2.637	-4.266	-1.629	-61,8
Comércio	8.962	8.679	6.161	395	-1.789	-2.184	-552,9
Comércio varejista	7.486	6.933	5.263	102	-1.915	-2.017	-1.977,5
Comércio atacadista	1.476	1.746	898	293	126	-167	-57,0
Serviços	11.241	11.399	10.125	3.413	1.289	-2.124	-62,2
Com. e adm. de imóveis, val m	4.092	3.228	2.589	867	-363	-1.230	-141,9
Alojamento, alimentação	1.322	4.161	4.078	799	184	-615	-77,0
Serv. médicos, odonto. e veteri	1.637	1.383	1.658	485	326	-159	-32,8
Ensino	1.120	1.163	806	1.120	1.218	98	8,7
Outros Serviços	2.188	1.455	1.593	142	-76	-218	-153,5
Administração pública	424	377	1.044	412	-12	-424	-102,9
Agropecuária	4.464	-478	-2.675	-1.714	-950	764	44,6
Total	28.393	16.308	17.133	487	-5.737	-6.224	-1.278,0

Fonte: MTE. *Janeiro a Maio ¹Ajustes até abril

A Indústria de Transformação maranhense registrou saldo negativo nos primeiros cinco meses de 2014. Apesar do melhor desempenho da *Indústria de Alimentos e Bebidas*, que reverteu o saldo negativo observado no mesmo período do ano passado, e da *Indústria Química*, que abriu 1,0 mil novas vagas em 2014, concentradas no segmento *Fabricação de Alcool*, o desempenho ruim da *Indústria de Produtos Minerais não-metálicos* (-479), da *Indústria Mecânica* (-462) e da *Indústria Metalúrgica* (-405) puxaram o resultado geral para o terreno negativo. A *Indústria de Produtos Minerais não-metálicos* sofre com o desempenho da Construção Civil, uma vez que o segmento de *Fabricação de Produtos Cerâmicos não-refratários para Uso Estrutural na Construção*, que compreende a fabricação de materiais como telhas, tijolos, azulejos e pisos, fechou 457 vagas nos primeiros cinco meses de 2014.

A Tabela 13 apresenta o saldo de empregos formais líquidos criados nos municípios maranhenses nos primeiros cinco meses de 2014, por setor de atividade. Quatro municípios destacaram-se entre os que mais abriram vagas no estado, com mais de 100 vagas abertas: São Raimundo das Mangabeiras, Campestre do Maranhão, Aldeias Altas e Cidelândia. Em São Raimundo das Mangabeiras e Aldeias Altas, as atividades ligadas à *Fabricação de Alcool* abriram 590 e 370 novos postos de trabalho, respectivamente. Em Campestre, o *Cultivo de Cana de Açúcar* (+417) se destaca. Em Cidelândia, são as *Atividades de Apoio à Produção Florestal* (+108).

No outro extremo da Tabela 13, constam os municípios com saldos negativos mais elevados. Os três maiores foram: Imperatriz (-2,4 mil), São Luís (-1,9 mil) e Açailândia (-1,4 mil). Na capital maranhense, somente o setor de Serviços teve desempenho positivo, com a abertura líquida de 1,4 mil vagas, impulsionado pelo segmento de *Ensino Superior* (+521), pelas *Atividades de Associações de Defesa de*

Direitos Sociais (+473) e pelas *Atividades de Cobranças e Informações Cadastrais* (+299). O Comércio foi o setor que mais demitiu (-1,5 mil), com maior peso do *Comércio Varejista de Mercadorias em Geral – Hipermercados e Supermercados* (-575) e *Comércio Varejista de Artigos de Vestuário* (-246). A Construção Civil também teve resultado negativo em São Luís, com o segmento de *Construção de Edifícios* (-1,2 mil) apresentando o pior número e o de *Construção de Obras de Arte Especiais* (+1,1 mil), o melhor.

Tabela 13 – Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratação em 2013* (CAGED ajustado)

Ordem	Município	Extr Mineral	Ind Transform	SIUP ¹	Constr Civil	Comércio	Serviços	Adm Pública	Agropecuária	Total
	Total	-83	-142	-341	-4.266	-1.852	1.682	-73	-662	-5.737
1	Sao Raimundo das Mangabeiras	0	587	0	-2	13	23	0	-2	619
2	Campestre do Maranhão	0	74	0	3	1	-2	0	415	491
3	Aldeias Altas	0	373	0	0	-1	0	0	-1	371
4	Cidelândia	0	9	0	0	-1	2	0	101	111
5	Estreito	-1	-14	1	91	22	1	0	-5	95
6	Governador Edison Lobão	0	79	0	0	11	-5	0	-8	77
7	Timon	0	-38	0	-20	29	93	0	9	73
8	Tasso Fragoso	0	0	0	0	15	3	0	51	69
9	Mirador	0	19	0	-10	5	0	0	38	52
10	Chapadinha	0	4	-3	1	-16	65	0	0	51
208	Itapecuru Mirim	0	-107	-4	-5	-11	7	0	-2	-122
209	Presidente Dutra	0	-1	0	-72	-12	57	0	-139	-167
210	Paço do Lumiar	-1	-8	-4	-72	-12	-79	0	-1	-177
211	Bacabeira	-3	27	0	-241	-20	10	0	-4	-231
212	Zé Doca	0	-1	0	-279	-7	0	0	2	-285
213	Coelho Neto	0	-23	0	0	-22	-4	0	-261	-310
214	Santa Inês	-1	7	-1	-273	-88	41	0	-5	-320
215	Açailândia	0	-235	1	-604	-61	11	0	-505	-1.393
216	São Luís	-29	-472	-349	-698	-1.554	1.453	-292	-6	-1.947
217	Imperatriz	-1	-406	14	-2.202	-175	-91	225	241	-2.395

Fonte: MTE *Janeiro a Maio, com ajustes até abril ¹Serviços Industriais de Utilidade Pública

Na segunda maior cidade do Estado, como decorrência da desmobilização de trabalhadores das obras de instalação da fábrica do Grupo Suzano papel e Celulose, a Construção Civil desmobilizou muita mão-de-obra (-2,2 mil) nos primeiros cinco meses do ano, especialmente nos segmentos de *Montagem de Instalações Industriais e Estruturas Metálicas* (-952), *Instalações Elétricas* (-432) e *Construção de Edifícios* (-408). Por outro lado, a Agropecuária registrou abertura líquida de 241 vagas, tendo sido as *Atividades de Apoio à Produção Florestal* responsáveis por 151 vagas. No entanto, em Açailândia, essas mesmas atividades fecharam 629 postos de trabalho. Nesta cidade, pesou negativamente também o desempenho do segmento de *Construção de Edifícios* (-366) e o segmento de *Fabricação de Aparelhos e Equipamentos para Instalações Térmicas* (-277).

Finanças Públicas

Arrecadação Federal no Maranhão encerra os cinco primeiros meses de 2014 positiva.

A arrecadação de impostos federais no estado nos cinco primeiros meses de 2014 alcançou R\$ 1,399 bilhões, valor 1,3% maior que o registrado no 1º quadrimestre de 2013 (R\$ 1,382 bi, corrigidos pelo IPCA acumulado até 2014) (**Tabela 14**).

Os tributos Federais, cuja arrecadação é compartilhada com o Estado e com os municípios, são os Impostos sobre Produtos Industrializados – IPI (48% da receita do IPI é repartida para o Estado e seus

municípios e mais 10% para o conjunto dos estados exportadores), o Imposto sobre a Renda – IR (48%), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível – CIDE combustíveis (29%) e o Imposto Territorial Rural – ITR (50%). Nos cinco primeiros meses de 2014, a arrecadação desses tributos registrou um crescimento de 10,3% (R\$ 37 milhões), apenas o IPI registrou redução real (-2,7%). O melhor desempenho foi do IR, que apresentou crescimento real de 15,9% (R\$ 48,9 milhões)

Tabela 14 – Arrecadação de Impostos Federais no Estado do Maranhão – 2010 a 2014* (Em R\$ Milhões – Valores Constantes¹)

Receitas	Total (R\$ Milhões)				Composição (%)				Crescimento (%)	
	2012	2013	2013*	2014*	2012	2013	2013*	2014*	2013/ 2012	2014/ 2013*
Imposto Sobre Importação	139,1	93,7	49,2	18,1	2,9	1,5	2,3	0,8	-32,6	-63,2
Imposto Sobre Exportação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-52,9	168,3
IPI - Total	121,4	164,8	52,3	40,4	2,5	2,6	2,4	1,9	35,8	-22,7
Imposto Sobre a Renda - Total	857,2	905,5	307,0	355,9	18,0	14,3	14,1	16,5	5,6	15,9
IRPF	168,9	193,8	55,7	61,8	3,5	3,1	2,6	2,9	14,8	10,8
IRPJ	401,7	401,4	146,4	179,2	8,4	6,3	6,7	8,3	-0,1	22,5
IR Retido Na Fonte	286,6	310,3	104,9	114,9	6,0	4,9	4,8	5,3	8,3	9,6
Imp. S/ Operações Financeiras	3,5	4,5	0,9	0,9	0,1	0,1	0,0	0,0	29,5	-2,9
Imposto Territorial Rural	6,3	6,6	0,7	0,5	0,1	0,1	0,0	0,0	3,9	-23,8
COFINS	2.214,8	1.724,6	632,6	613,5	46,4	27,2	29,2	28,4	-22,1	-3,0
Contribuição Para o PIS/PASEP	591,0	494,8	180,0	175,0	12,4	7,8	8,3	8,1	-16,3	-2,8
CSLL	278,1	264,6	95,8	116,3	5,8	4,2	4,4	5,4	-4,9	21,4
Cide-Combustíveis	222,9	0,4	0,1	0,1	4,7	0,0	0,0	0,0	-99,8	-
Contribuições Para o FUNDAF	0,4	0,4	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-18,5	-1,6
CPSSS	177,7	183,1	57,5	66,5	3,7	2,9	2,7	3,1	3,0	15,6
Outras Receitas Administradas	90,5	30,9	5,8	12,4	1,9	0,5	0,3	0,6	-65,8	114,1
SUBTOTAL (I)	4.703,0	3.874,0	1.382,0	1.399,7	98,6	61,0	63,7	64,9	-17,6	1,3
Receita Previdenciária (II)	0,0	2.396,7	763,7	736,6	-	37,8	35,2	34,2	-	-3,5
Receita Adm. Pela RFB (III=I+II)	4.703,0	6.270,6	2.145,7	2.136,3	98,6	98,8	98,9	99,1	33,3	-0,4
Demais Receitas (IV)	67,6	75,4	24,1	20,1	1,4	1,2	1,1	0,9	11,5	-16,6
Total (III+IV)	4.770,6	6.346,0	2.169,8	2.156,4	100,0	100,0	100,0	100,0	33,0	-0,6

Fonte: Receita Federal 1. Inflationados pelo IPCA acumulado de 2013 * 1º quadrimestre

Os tributos cuja arrecadação não é compartilhada registraram uma redução real de -1,9% (-R\$ 19,4 milhões), com destaque para a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins, que registrou redução real de 3,0% (R\$ -19,2 milhões). Arrecadação da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL andou na contramão, ao apresentar crescimento de real de 21,4% (R\$ +20,5 milhões).

Arrecadação de receitas estaduais com trajetória de crescimento

As receitas do Estado do Maranhão fecharam o 1º quadrimestre de 2014 com arrecadação de 4,6 bilhões, contra R\$ 4,1 bi no 1º quadrimestre de 2013, e crescimento real de 10,6% na mesma base de comparação (**Tabela 15**). Somaram para esse crescimento, principalmente, o desempenho das Transferências Correntes, com destaque para o FUNDED (ver a seção *Transferências Constitucionais*).

As Receitas Tributárias também registraram crescimento real, de 4,4%, ao atingir a cifra de R\$ 1,79 bilhões, contra R\$ 1,71 bi no mesmo período do ano passado. Esse crescimento revela-se significativo ao se perceber que o ano de 2013 foi um ano de intenso crescimento das receitas tributárias, ou seja, uma forte base de comparação. Do total de R\$ 1,17 bi da arrecadação tributária, R\$ 1,46 bi advieram do ICMS e R\$ 187,3 milhões do IPVA.

Tabela 15– Evolução das Receitas do Estado do Maranhão por Categoria Econômica - 2010 a 2014* (Valores em R\$ Milhão, Inflacionados pelo INPC Acumulado de 2014*)

Ano	Receita Total (a)	Receita Total		Receita Própria ¹ (b)	Receita Tributária (c)	Receita Transf. (d)	Receita Transferida		Outras Receitas Corrent.	(b / a) (%)	(c / b) (%)
		Receita Corrente	Receita de Capital				Transf. Correntes	Transf. de Capital			
2010	9.247,1	8.799,5	447,6	4.327,0	3.108,5	4.920,1	4.784,0	136,1	74,8	46,8	71,8
2011	10.915,3	10.637,9	277,4	5.409,8	3.889,3	5.505,5	5.474,1	31,4	94,3	49,6	71,9
2012	10.930,7	10.814,8	115,9	4.581,5	4.239,7	6.349,2	6.329,5	19,7	99,0	41,9	92,5
2013	13.778,9	11.884,0	1.894,9	7.271,6	5.146,9	6.507,4	6.485,8	21,5	130,4	52,8	70,8
2013*	4.121,2	4.099,9	21,3	1.831,9	1.716,9	2.289,3	2.270,1	19,2	30,9	44,5	93,7
2014*	4.560,0	4.529,9	30,2	1.950,0	1.791,8	2.610,0	2.580,8	29,2	41,9	42,8	91,9
2013/2012	26,1	9,9	1.534,8	58,7	21,4	2,5	2,5	9,5	31,7	47,3	81,7
2014/2013*	10,6	10,5	41,7	6,4	4,4	14,0	13,7	52,4	35,8	43,6	92,8

Fonte: SEPLAN/MA. *1º quadrimestre.

A partir dessas informações, pode-se concluir que assim como aumento das Transferências Correntes, as Receitas Tributárias também estão contribuindo positivamente para o bom desempenho da Arrecadação Total do Estado, o que significa que o Governo está conseguindo manter uma eficiência da gestão tributária em 2014, assim como foi verificado em 2013.

Arrecadação de ICMS apresenta baixo dinamismo nos cinco primeiros meses de 2014

A arrecadação de ICMS no Estado do Maranhão no primeiro quadrimestre de 2014 foi de R\$ 1,429 bilhões, contra R\$ 1,416 bi no mesmo período do ano passado. O ínfimo crescimento real, de 0,9%, foi pressionado pelos desempenhos nada satisfatórios dos meses de fevereiro e abril, quando se comparam 2013 e 2014. É importante destacar, também, que 2013 é um ano de forte base de comparação, devido ao bom desempenho da arrecadação registrado.

Tabela 16 – Arrecadação de ICMS por Setores e Atividades no Maranhão – 2011 e 2014* (Valores Constantes¹ a Preços de 2014*, Composição e Crescimento)

Período	Total	Setor Prim.	Setor Secund.	Terc. Atac.	Ter. Varej.	Terc. Transp.	Terc. Comum.	Terc. Outros	Setor Terc.	Energia	Petróleo e Comb.
Valores (R\$ mil)											
2012*	1.335,4	3,5	206,2	206,8	200,4	30,1	162,0	13,6	613,0	128,6	384,1
2013*	1.416,4	2,9	242,2	220,4	214,5	25,8	155,4	19,4	635,5	114,4	421,4
2014*	1.429,1	5,0	212,2	216,3	190,3	20,7	157,5	21,6	606,3	107,0	498,6
Acum. 12 meses	4.388,1	12,1	745,2	699,1	593,7	79,3	478,3	66,7	1.917,2	324,3	1.389,4
Em (%)											
Composição 2012	100,0	0,3	15,4	15,5	15,0	2,3	12,1	1,0	45,9	9,6	28,8
Composição 2013	100,0	0,2	17,1	15,6	15,1	1,8	11,0	1,4	44,9	8,1	29,8
Composição 2014	100,0	0,3	14,8	15,1	13,3	1,4	11,0	1,5	42,4	7,5	34,9
Crescimento (%)											
2012 / 2012*	6,1	-17,4	17,5	6,6	7,0	-14,4	-4,1	43,3	3,7	-11,1	9,7
2014 / 2013*	0,9	71,2	-12,4	-1,9	-11,3	-19,7	1,3	10,9	-4,6	-6,5	18,3
Contra igual bi. do ano anterior	2,9	84,6	-12,7	-2,9	-11,1	-11,5	4,1	4,8	-3,8	-0,3	22,5
Contra igual tri. do ano anterior	0,7	76,2	-11,9	-3,3	-11,0	-13,4	2,3	14,9	-4,1	-3,9	14,7
Contra igual sem. do ano anterior	2,1	59,5	-7,8	1,0	-7,1	-1,7	1,9	8,9	-1,3	-8,5	15,6
12 meses contra 12 meses anterior	4,3	24,7	2,9	4,0	-1,9	-13,1	3,3	18,3	1,6	-13,9	14,9

Fonte: Confaz 1. Valores inflacionados pelo INPC

Apenas o setor primário e o de Energia e transportes apresentaram resultado positivo. A queda do setor terciário ocorreu principalmente nos transportes (R\$ -5,1 milhões). Já no setor de energia a redução foi de R\$ 7,4 milhões. Mas foi no setor secundário que a redução foi mais significativa, R\$ 30 milhões. (**Tabela 16**)

A redução na arrecadação dos setores citados reflete uma perda de dinamismo generalizada na economia do estado, reflexo da deterioração do cenário externo e da piora do cenário macroeconômico doméstico. Assim, a extrativa mineral, a indústria de transformação, a construção civil e o comércio registraram demissões líquidas nos cinco primeiros meses deste ano (para mais informações vide a seção *mercado de trabalho*).

O bom desempenho do setor primário, a despeito do recuo no mercado de trabalho desse setor, reflete o bom prognóstico da produção de grãos, principalmente dos cultivos de soja e milho (para mais informações vide a seção *agricultura*).

Transferências para o Estado e para os municípios apresentam forte crescimento

As Transferências Constitucionais registraram boa performance em 2014, após um ano de fraco dinamismo em 2013. Nos primeiros cinco meses de 2014 o volume de transferência constitucionais no Estado e nos municípios apresentaram crescimento reais de 6,7% e 15,4%, respectivamente. No Estado, o carro chefe desse resultado é o Fundo de Participação Estadual, com crescimento real de 6,4% (R\$ +117,5 milhões); nos municípios o protagonista é Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, com crescimento real de 21,7% (R\$ +352,5 milhões).

Vale lembrar que as Transferências Constitucionais apresentam elevada volatilidade, mas costumam sofrer elevação nos anos eleitorais.

Tabela 17 – Principais Transferências Constitucionais para o Estado e Municípios (R\$ Milhão, Valores Constantes¹)

Ano	ESTADO				MUNICÍPIOS			
	FPE	FUNDEB	Outros	Total	FPM	FUNDEB	Outros	Total
2010	3.562,9	959,1	164,4	4.686,4	2.264,0	2.631,5	45,0	4.940,5
2011	4.122,9	1.323,5	159,7	5.606,1	2.621,1	3.633,3	42,2	6.296,6
2012	4.033,7	1.311,5	118,6	5.463,8	2.563,4	3.695,6	30,1	6.289,1
2013	4.076,8	1.122,0	59,8	5.258,6	2.589,5	3.574,1	9,4	6.172,9
2013*	1.847,0	516,7	24,5	2.388,2	1.113,3	1.624,3	3,7	2.741,3
2014*	1.964,4	562,8	20,3	2.547,6	1.184,0	1.976,8	2,6	3.163,4
Taxa de crescimento								
2013/2012	1,1	-14,5	-49,5	-3,8	1,0	-3,3	-68,9	-1,8
2014/2013*	6,4	8,9	-17,2	6,7	6,4	21,7	-30,9	15,4

Fonte: STN 1. Inflacionados pelo INPC acumulado até 2014. *Jan-mai/14

A **Tabela 18** abaixo mostra as origens do FUNDEB, para o Estado do Maranhão e para o conjunto de seus municípios. Nota-se que, no Estado, todas as rubricas de origens de recursos do FUNDEB registram redução nos cinco primeiros meses 2014, relativamente ao mesmo período de 2013, com exceção da Complementação da União que registrou crescimento de 24,4% (R\$ +59,7 milhões) e do ITCMD, que se manteve estável.

O destaque nas Origens de recursos para o Fundeb municipal também foi a complementação da União, com crescimento de 38,0%, o que representou um incremento de R\$ +285,5 milhões. No total, o acréscimo médio do Fundeb foi de R\$ 1,3 milhão para cada município do Estado do Maranhão. Essa elevação tem um impacto muito significativo nas economias locais, pois o Fundeb representa em média, 40% a 50% do total das receitas municipais, ultrapassando até mesmo, o montante do FPM.

Tabela 18 – Origens do FUNDEB (R\$ Milhão, inflac. pelo INPC de 2014*)

Origem	Estado					Municípios				
	Valores		Particip. (%)		Cresc. (%)	Valores		Particip. (%)		Cresc. (%)
	2013*	2014*	2013*	2014*		2013*	2014*	2013*	2014*	
FPE	109,9	105,9	21,3	18,8	-3,6	352,4	385,2	21,7	19,5	9,3
FPM	66,2	63,8	12,8	11,3	-3,6	212,4	232,2	13,1	11,7	9,3
IPI-EXP	0,9	0,7	0,2	0,1	-14,1	2,8	2,7	0,2	0,1	-2,5
ICMS	84,2	78,0	16,3	13,9	-7,4	270,3	283,2	16,6	14,3	4,8
União ¹	244,6	304,3	47,3	54,1	24,4	751,6	1037,1	46,3	52,5	38,0
LC Nº 87/96 ²	0,7	0,5	0,1	0,1	-	2,2	1,7	0,1	0,1	-21,6
ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,6	0,1	0,1	0,0	0,0	3,8
IPVA	10,1	9,4	1,9	1,7	-6,4	32,3	34,2	2,0	1,7	6,1
ITCMD	0,1	0,1	0,0	0,0	14,2	0,4	0,5	0,0	0,0	28,6
Total	516,7	562,8	100,0	100,0	8,9	1.624,3	1.976,8	100,0	100,0	21,7

Fonte: STN 1. Complementação da União 2. Lei Complementar. *Jan-mai/14

Já nos municípios, apenas duas rubricas não apresentaram crescimento, o IPI (-2,5%) e a LC nº 87/96 (-21,6%).

Despesas do Estado mantem-se abaixo das receitas em 2014.

Nos cinco primeiros meses de 2014, as despesas do Governo do Maranhão somaram 4,5 bilhões, valor 8,7% menor que o registrado no mesmo período de 2013 (R\$ 4,9 bi) e se mantém abaixo das receitas (R\$ 4,6 bi)(Tabela 19, abaixo).

Tabela 19 – Estado do Maranhão – Evolução das Despesas por Grupos de Natureza (R\$ Milhão a Preços de 2014, Composição e Crescimento em %) – 2010 a 2014*

Ano	DESPESA TOTAL (a)	Despesa Corrente	Pessoal + Encargos Sociais (b)	Juros e Encargos	Outras Despesas Correntes	Despesa de Capital	Investimentos (c)	Inver. Financeiras	Amortizações	Serviço da Dívida ² (d)	(b/a)	(c/a)	(d/a)
2010	10.837,0	9.027,1	4.158,9	679,8	4.188,5	1.809,9	1.436,7	10,4	362,8	1.042,5	38,4	13,3	9,6
2011	11.255,2	9.674,3	3.955,5	760,0	4.958,8	1.580,8	1.132,9	23,2	424,8	1.184,8	35,1	10,1	10,5
2012	11.542,4	10.215,4	5.361,2	763,3	4.090,8	1.327,0	806,4	1,2	519,4	1.282,7	46,4	7,0	11,1
2013	13.171,3	9.829,0	4.824,8	477,7	4.526,6	3.342,3	1.387,0	36,2	1.919,0	2.396,7	36,6	10,5	18,2
2013*	4.876,7	4.274,4	1.434,2	793,0	2.047,3	602,4	76,7	12,7	512,9	1.305,9	29,4	1,6	26,8
2014*	4.452,7	3.493,7	1.443,5	92,3	1.846,6	959,0	873,6	0,0	85,4	177,7	32,4	19,6	4,0
Composição (%)													
2013*	100,0	87,6	29,4	16,3	42,0	12,4	1,6	0,3	10,5	26,8	-	-	-
2014*	100,0	78,5	32,4	2,1	41,5	21,5	19,6	0,0	1,9	4,0	-	-	-
Crescimento (%)													
2013/2012	14,1	-3,8	-10,0	-37,4	10,7	151,9	72,0	2816,2	269,5	86,8	-	-	-
2014/2013*	-8,7	-18,3	0,7	-88,4	-9,8	59,2	1.038,8	-	-83,4	-86,4	-	-	-

Fonte: STN - SEPLAN/MA 2. Juros e Encargos da Dívida + Amortizações *janeiro a maio

A maior redução ocorreu nos gastos com serviço da dívida: ao todo o Governo do Estado fez uma economia de R\$ 1,1 bilhão nesses cinco primeiros meses do ano: R\$ 700,7 milhões com juros e encargos e R\$ 427,5 milhões com amortizações. Essa folga foi devido à negociação dos resíduos das dívidas referentes às leis 8.727/93 e 9.496/97 junto ao Bank of America N. A. Merrill Lynch - Bof AML, no mês de outubro do ano passado. O pagamento de juros incidente sobre essa operação se iniciou em janeiro de 2014 e o do principal iniciará apenas em julho de 2015. Com essa carência, mudou-se o perfil da dívida do Estado: gerou-se uma folga de caixa num primeiro momento e concentrou-se o pagamento para o final do prazo, gerando assim, um espaço para ampliar os gastos com investimentos até 2015.

Nos primeiros cinco meses de 2014, registrou-se um significativo crescimento dos gastos com Investimentos (R\$ 769,8 milhões). A consequência dessa nova configuração dos gastos do Governo é uma diminuição da participação dos gastos com serviço da dívida e uma elevação da participação dos investimentos no total das despesas do Estado, traduzindo-se em maiores possibilidades de ampliação de investimentos em infraestrutura e maior oferta de serviços de utilidade pública.